



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CUPIRA-PE E CIDADES
CIRCUNVIZINHAS: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE RECEITA
PRÓPRIA E RECEITAS TRANSFERIDAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

REJANE ANGELA DE LIMA

Caruaru-PE
2015

REJANE ANGELA DE LIMA

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CUPIRA E CIDADES
CIRCUNVIZINHAS: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE RECEITA
PRÓPRIA E RECEITAS TRANSFERIDAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Monografia elaborada pela Acadêmica **Rejane Angela de Lima** como exigência do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE-Campos Agreste, sob a orientação do professor **André Luiz de Miranda Martins**.

**Caruaru-PE
2015**

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

L732a Lima, Rejane Angela de.

Análise das finanças públicas do município de Cupira – PE e cidades circunvizinhas: uma relação de dependência entre receita própria e receitas transferidas pós-constituição de 1988. / Rejane Angela de Lima. - Caruaru: O Autor, 2015.
85f. : il. ; 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. Municipalização. 2. Descentralização. 3. Finanças públicas – Cupira (PE). I. Martins, André Luiz de Miranda. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2015-169)

REJANE ANGELA DE LIMA

**ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CUPIRA-PE E CIDADES
CIRCUNVIZINHAS: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE RECEITA
PRÓPRIA E RECEITAS TRANSFERIDAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Trabalho de monografia apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Doutor em Economia Aplicada)

Profº Atenágoras Oliveira Duarte
(Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia)

Profº Glaudionor Gomes Barbosa
(Doutor em Ciência Política)

A Deus Pai e Jesus Cristo, base de sustentação de minha fé.

Aos meus pais Josefa (D. Zefinha) e Alvino (*in memoriam*) que sempre me ensinaram a ser digna e verdadeira.

Aos meus irmãos, que sempre incentivaram e abraçaram meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em especial, pela fé e coragem que me foi dada, me possibilitando escolher o caminho que me levou a ser quem eu sou. Por ter me presenteado com uma família maravilhosa, ou seja, agradeço a Ele simplesmente por tudo!

Aos meus pais Josefa (D. Zefinha) e Alvino (*in memoriam*) pelos ensinamentos baseados em dignidade e respeito.

A todos os meus professores, que me acompanharam, transmitindo-me tranquilidade. Em especial ao professor Dr. André Luiz de Miranda Martins, o qual não foi simplesmente mais um professor, mas um professor-amigo o qual pude contar todas as vezes a que me reporte, sendo no entanto também meu orientador.

Ao meu companheiro Almir Alves pela paciência, incentivo e carinho.

A minha irmã Rosenir Lima, por muitas vezes me substituir em meu trabalho, para que eu pudesse cumprir as exigências do curso.

Aos demais familiares, por tudo.

Aos amigos de convivência acadêmica: Rosana, Stephany, Alexsandra, Tarcísio, Wriquilânea, Wagner, Jaécio, Elton, Fred, Mauro, Marina e aos demais colegas de classe pela amizade e companheirismo que recebi, e que de certa forma contribuíram para esta conclusão.

Gostaria também de agradecer a banca examinadora: professor Dr. Atenágoras Oliveira Duarte e o professor Dr. Glaudionor Gomes Barbosa por cederem parte de seu tempo precioso para poder contribuir com minha pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho que de certa forma contribuíram para que eu pudesse concluir o curso, dando apoio e compreendendo minhas tantas aflições.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desta pesquisa.

*"A visão do governo sobre a economia
poderia ser resumida em umas poucas
frases curtas: Se ela se movimenta, taxe-a.
Se ela continua se movimentando, regule-
a. E se ela para de se mover, subsidie-a."*

(Ronald Reagan)

RESUMO

A pesquisa tem por finalidade apresentar uma visão dos perfis dos municípios (objeto desse estudo) analisando a dependência que os mesmos possuem referente aos repasses Estaduais e/ou Federais, a fim de garantir seu pleno funcionamento, correlacionando com a arrecadação própria (IPTU, ITBI e ISS) e ao fundo de participação dos municípios (FPM). Os recursos municipais, estaduais e federais oriundos de tributos são destinados especificamente a saúde, a educação, a segurança, ao saneamento básico, ao setor agropecuário, incluindo planos de reforma agrária e expansão da agricultura familiar, financiamento de habitação, infraestrutura, segurança, cultura, esportes, defesa do meio ambiente, entre outros. Toda prestação de serviços destinada a população resulta de certa forma no crescimento da carga tributária no Brasil. A grande discussão é de como a distribuição da arrecadação de impostos é realizada. A pesquisa contempla a situação da economia local da região enfatizando os fatos históricos, políticos e sócio-econômicos da cidade de Cupira e das cidades vizinhas de Agrestina, Lagoa dos Gatos e Panelas, bem como a cidade pólo da região – Caruaru –, sendo esta, no entanto, a cidade de maior comercialização. Os municípios pesquisados localizam-se na mesorregião Agreste Central, especificamente na microrregião Brejo Pernambucano. Ao final da pesquisa pretende-se entender como funciona a dinâmica do processo arrecadatório de impostos na região objeto do estudo frente a essa dependência dos repasses oriundos de outras esferas do governo, e entender o funcionamento financeiro dos municípios desde 1988.

Palavras-chave: municipalização/descentralização; grau de dependência; receitas próprias e de transferência.

ABSTRACT

The research goal to present an overview of the profiles of the municipalities (object of this study) analyzing the dependence that they have regarding the state and / or federal transfers in order to ensure its full operation, correlating with their own collection (IPTU,, ITBI and ISS) and the bottom of participation of municipalities (FPM). Municipal, estates and federal funds from taxes, are specifically aimed at health, education, security, sanitation, the agricultural sector, including land reform plans and expansion of family farming, housing finance, infrastructure, security, culture, sports, environmental protection, among others. Every provision of services aimed at population results in a way the growth of the tax burden in Brazil. The big discussion is how the distribution of tax collection is performed. The survey covers the situation of the local economy of emphasizing the region, the historical facts, political and socio-economic City Cupira and the nearby cities of Agrestina, Lagoa dos Gatos and Panelas, and the main city of the region - Caruaru - being this, however the city of largest marketing. The municipalities surveyed are located in the middle region Agreste Central, specifically in the micro region Pernambucana. At the end of the research aims to understand how the dynamics of revenue collection process imposed on the study of the object region, compared to this dependence on transfers from other levels of government and understand the financial operation of municipalities since 1988.

Keywords: Municipalities/ decentralization / devolution; degree of dependence; own and transfer revenues.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DESCENTRALIZAÇÃO/MUNICIPALIZAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO....	12
1.1 Municipalização pós-constituição 1988	15
1.2 Federalismo	21
2. FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL	23
2.1 Finanças públicas pós-constituição de 1988	24
2.2 Transferências de recursos intergovernamentais	26
2.2.1 Receita	27
2.2.2 Despesa	31
3. ANÁLISE REGIONAL	33
3.1 Desenvolvimento de Pernambuco.....	34
3.2 Agreste Central: Brejo Pernambucano.....	35
3.2.1 Breve histórico do contexto socioeconômico regional.....	36
3.3 Breve histórico dos municípios.....	38
3.3.1 Caruaru.....	38
3.3.2 Cupira.....	41
3.3.3 Panelas.....	46
3.3.4 Lagoa dos Gatos.....	49
3.3.5 Agrestina.....	52
3.4 Análise de dados dos cinco municípios apresentados.....	56
4. GRAU DE DEPENDÊNCIA: RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS TRANSFERIDAS	60
4.1 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Caruaru.....	61
4.2 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Cupira.....	62
4.3 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Agrestina.....	64
4.4 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Panelas.....	65
4.5 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Lagoa dos Gatos.....	66
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
ANEXOS	74

INTRODUÇÃO

A economia brasileira retrata um processo um tanto dinâmico, o qual se evolui com as mais diversas produtividades existentes no Brasil, ocasionando nas últimas décadas implicações de modificações no Sistema Tributário Nacional (STN), principalmente após a Reforma Tributária de 1965-1967, imposta pelos militares, e posteriormente, com a Constituição Federal de 1988, assinada pela Assembleia Constituinte, presidida pelo então Deputado Ulysses Guimarães, na época do governo Sarney.

Mas, esta última, não veio pôr fim às mudanças realizadas na federação brasileira, nem tampouco ao sistema tributário nacional. A Carta Magna de 88 contrária ao que a reforma tributária da década de 60 defendia – um poder centralizador e tomador de decisões por parte da União –, onde a hegemonia é mantida mesmo repassando alguns poucos poderes aos Estados e Municípios, ocorrendo assim uma redução do grau de centralização.

Nesse contexto SERRA (1994) diz que as modificações propostas pela Constituição de 1988 tinham como principal objetivo promover a descentralização dos recursos anteriormente apropriados pela União, proporcionando a Estados e Municípios a absorção de um volume maior de recursos. Desde então, vários debates surgem acerca do aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional.

O tema escolhido nasceu de uma curiosidade sobre a arrecadação própria do município de Cupira e principais cidades circunvizinhas: Agrestina, Caruaru, Lagoa dos Gatos e Panelas, fazendo uma análise das finanças públicas municipais, da relação de dependência entre receita própria e receitas transferidas, oriundas da esfera estadual e federal, e estudo histórico-econômico dos municípios em apreço.

A priori será realizado um estudo sobre municipalização/federalismo, analisando o contexto histórico-econômico-financeiro brasileiro, o qual expressa a evolução da criação de novos municípios e os momentos em que se deu a maioria destas emancipações.

O estudo da pesquisa dos municípios envolvidos têm como objetivo geral mapear e analisar as finanças públicas, examinando a arrecadação própria dos municípios através de dados oficiais (impostos de competência municipal: Imposto Sobre Serviços – ISS; e, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU); o Fundo de Participação Municipal (FPM) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); analisar o repasse das receitas oriundas das esferas Estadual e Federal; e, fazer uma explanação geral dos resultados obtidos.

Os dados brutos como produção, população, área, receita, valor adicionado, índices, entre outros, foram coletados através de sites oficiais do Governo, como Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), CONDEPE/FIDEM, entre outros órgãos oriundos de fontes governamentais.

Os dados serão observados, registrados, analisados e correlacionados com fatos ou fenômenos e direcionados a cálculos estatísticos específicos, para cada situação e posteriormente será feita uma leitura dos resultados apresentados, obedecendo às necessidades do presente trabalho, utilizando-se tabelas, gráficos e/ou outras ferramentas para expor os fatos observados, tratando-se, porém, de uma pesquisa descritiva.

1. DESCENTRALIZAÇÃO/MUNICIPALIZAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A primeira Constituição do Brasil, sendo definida como lei fundamental e suprema do Estado, se deu em 1824, sendo este o primeiro passo para a “liberdade” municipal, a fim de que os municípios brasileiros tomassem forma própria, capazes de construir sua própria história, não mais sendo estes mera reprodução de municípios portugueses, já que as autonomias regionais eram bastante sufocadas pelo poder central, por ser monárquico.

Um grupo de militares do exército brasileiro, liderados pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, proclamaram a República em 15 de novembro 1889. Na ocasião o Brasil deixou de ser um país comandado pela monarquia, passando a ser uma federação descentralizada tanto politicamente como administrativamente.

A Constituição de 1891 foi moldada seguindo o estilo da Constituição norte-americana, com as ideias diretoras do presidencialismo, do federalismo, da tri participação do poder, do liberalismo político, e da democracia burguesa. Ressaltando a emergência do federalismo resultante de um quadro real das relações políticas, econômicas e sociais, caracterizado pela prevalência dos interesses do poder oligárquico, fenômeno conhecido como coronelismo.

Em 1934 foi promulgada mais uma constituição, marcada pela Revolução de 30, fazendo entender um regime democrático liberal e com caráter democrático-social. É uma constituição que dentre algumas questões fortalece o regime representativo, reforça a estrutura Federativa, reconhece os direitos sociais, garante a liberdade econômica dentro dos limites em que fossem observados os princípios de justiça e as necessidades da vida nacional. No entanto, exige do Estado uma maior participação efetiva.

Pouco tempo depois por meio de um golpe de Estado, o então presidente Getúlio Vargas impôs uma ordem ditatorial, denominada Estado Novo, dissolve o Congresso Nacional, revogando a Constituição e promulgando em substituição, uma nova Carta Constitucional que no geral configurou-se no plano jurídico e político como um regime forte e centralizado. Essa nova Constituição de 1937 foi uma inspiração na Constituição polonesa de 1935 a qual teve como objetivo fundamental o fortalecimento do Poder Executivo federal na sua relação com os poderes Legislativo e Judiciário e com as outras esferas do governo. Essa Constituição prevaleceu durante todo o período da Segunda Guerra Mundial.

Logo após o fim da guerra, e com a vitória sobre as forças do eixo, ampliou-se a promoção do movimento no Brasil que objetivava um país redemocratizado. A pressão da

sociedade foi muito forte para que isso ocorresse. Getúlio Vargas foi deposto, fazendo valer a necessidade pela redemocratização.

Contudo, logo após a Era Vargas, em 1946 foi promulgada uma nova constituição, que baseou-se nos textos das Constituições brasileiras de 1891 e 1934, enfatizando a consolidação de um sistema político fundado na democracia representativa, a progressão no tratamento constitucional do direitos e garantias e principalmente a institucionalização da federação e da autonomia municipal

Visava, no entanto, reestabelecer a autonomia financeira e política dos municípios, os quais continuaram de certa forma, submissos aos Estados; mas que aos poucos sua autonomia ia crescendo, mesmo que de forma muito lenta, restaurando a eleição dos prefeitos e promovendo participação nos recursos tributários, esse período foi considerado “o período róseo do municipalismo brasileiro” (BASTOS, 1992, p. 56).

A problemática sobre federalismo no Brasil está atrelada à questão tributária. Os Estados possuem autonomia sobre os municípios. E essa supremacia perdurou por muitos anos, já que não havia na Constituição Brasileira a autonomia municipal. Na ocasião, os prefeitos eram nomeados pelos governadores do Estado, bem como a maioria dos principais cargos públicos municipais.

Essa Constituição introduziu repasses aos municípios do FPM (Fundo de Participação Municipal). Neste período foram criados muitos municípios a fim de obter essa “certa independência”.

Em 1964, com o Golpe Militar, a Constituição de 1946 sofreu múltiplas emendas e suspensão da vigência de muitos de seus artigos. Nessa ocasião freou-se o processo de emancipação, pois a Constituição, contendo a Reforma Tributária realizada pelos militares em 1965 e implantada em 1967, trouxe uma centralização de poder por parte da União – frente a Estados e municípios – de arrecadação de impostos e de gerenciamento da política tributária. Dentre vários objetivos, o principal era financiar os gastos do governo federal e ao mesmo tempo o sistema fiscal que era um sistema básico de política econômica dentro das metas estabelecidas da época.

“O sistema tributário de 1965/1967 foi estruturado de forma a propiciar aos cofres públicos recursos suficientes para que o Estado direcionasse a promoção, a captação e a orientação do processo de acumulação. Dentro da nova filosofia imposta ao país. O objetivo estabelecido era o do crescimento econômico a qualquer custo. Com isso, o sistema de tributação foi arquitetado de tal forma que possibilitasse ao governo federal comandar todo o processo de crescimento, ficando ele, portanto, responsável

por todo o processo de dinamização do produto nacional. Para tanto, o sistema tributário teve como objetivos básicos aumentar e centralizar a arrecadação tributária do país e privilegiar o capital em detrimento do trabalho.” (RIANI, 2009. p.189)

Este sistema apresentou posteriormente momentos de estrangulamentos. Um deles foi a má distribuição dos recursos entre as unidades de governo, devido a grande concentração na esfera federal. Houve durante este sistema tributário uma excessiva carga tributária indireta¹, atingindo principalmente a classe de baixa renda e de assalariados, passando estes a serem os maiores financiadores dos gastos do governo. Na ocasião, a concentração de renda tornou-se mais evidente.

A arrecadação dos impostos por parte da União com a reforma tributária de 1966 desencadeia um momento difícil para municípios e Estados, pois estes ficam praticamente impossibilitados de desenvolver projetos, já que há um despençamento de receitas próprias estaduais e municipais, passando essas esferas a depender crescentemente das transferências do governo federal. É um período de estagnação por parte das esferas menores, até o fim da ditadura.

As Constituições brasileiras, referente a outorga de competência de impostos, nas três esferas de governo, desencadeiam um sistema ora centralizador, e um sistema ora descentralizador.

Na década de 80, a descentralização já era uma exigência quase inevitável, porque a sociedade brasileira pôs em questão a forma de governo autoritário e centralizador e a crise fiscal do governo federal. Esse processo iniciou-se dentro do próprio regime autoritário, devido às dificuldades em solucionar problemas internos, e em decorrência disso as forças de oposição da sociedade civil se beneficiaram do processo de abertura, fortalecendo-se mediante formas de organização, mobilização e articulação, que permitiram importantes conquistas sociais e políticas.

Segundo GUIMARÃES NETO, PORSSE e SOARES (2000) a descentralização consiste na redefinição e reestruturação das intenções estatais, caracterizada pelo esforço de reforma administrativa do Estado objetivando melhor distribuição de recursos e de poder entre as três esferas do governo, buscando maior participação da população no processo de tomada de decisões governamentais, maior competitividade, alteração nas relações entre governo e os agentes sociais e maior eficiência administrativa.

1 - Carga tributária indireta, constituída pelo ICMS, o IPI, o PIS e a COFINS. Tributos diretos são constituídos por: IR, INSS, IPTU e IPVA. (PINTOS-PAYERAS, IPEA, 2000)

1.1 Municipalização Pós-Constituição 1988

A Constituição Federal de 1988 traz diversas mudanças. Dentre algumas mudanças realizadas, destaca-se a conquista pela municipalização, renovando as forças locais e reconhecendo os municípios como integrante da Federação, atribuindo-lhes poderes para conseguir fluir melhor. Demarcando, assim, uma nova ordem política na sociedade brasileira.

Acerca do que se refere a emancipação de novos municípios a Constituição em seu Artigo 18, enfatiza:

“§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por **Lei Estadual**, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Essa Constituição traz uma reorganização das competências tributárias e das transferências entre os entes federativos. No entanto é repassado aos Estados o dever de legislar de forma mais pormenorizada levando em consideração as especificidades locais, em relação à emancipação de seus territórios.

Após a mudança na Constituição, houve, porém, estímulos à criação de novos municípios tendo um excepcional incremento do número dos mesmos até 2001. Alguns analistas associam o “movimento emancipacionista” simplesmente como abertura política.

“Com a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988 iniciou-se um processo de reforma fiscal e tributária, o qual gerou mudanças na estrutura da federação brasileira. A nova Carta Magna constituía-se na tentativa de descentralizar recursos, despesas e decisões governamentais.” (GUIMARÃES NETO, PORSSE e SOARES, 2000)

A partir da Constituição de 1988, com o processo de descentralização das políticas públicas e após o município passar a ser compreendido como um ente federado, políticas públicas como: saúde, educação, assistência social passaram à responsabilidade local, propiciando relações entre Estado, Governo Municipal e Sociedade Civil.

Ao município compete autonomia jurídico-política dos governos locais, a gestão dos recursos, planejamento estratégico governamental, pacto federativo e as relações inter e

intragovernamentais, bem como a modernização das estruturas administrativa locais e os desafios enfrentados por todos.

Esse crescimento de municipalizações foi novamente freado, desta vez após a aprovação da Emenda Constitucional, nº 15 de 1996, a qual passa a responsabilidade de emancipação para o âmbito federal, adotando medidas mais severas para realização dos processos emancipatórios. No entanto, a emenda do parágrafo 18 passa a ter a seguinte redação:

“§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão **por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal**, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”. (EMENDA CONSTITUCIONAL, 1996)

Os distritos que almejam se emancipar, dependem agora da nova lei. No entanto, a Emenda Constitucional aprovada em 96 proibiu a criação de novos municípios através de Leis Estaduais e define que isso só pode ser feito por meio de autorização em Lei Complementar Federal. Na realidade o ritmo emancipatório tornou-se muito menos frenético.

A tabela 1.1.1 mostra a distribuição da receita disponível para as três esferas do governo, do período anterior e posterior a CF-1988.

Tabela 1.1.1:
Receita Disponível por Esfera de Governo

PERÍODO	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL
1980	69%	22%	9%	100%
1988	62%	27%	11%	100%
1993	58%	26%	16%	100%

Fonte: GUIMARÃES NETO, PORSSE e SOARES, 2000

A tabela 1.1.1 explicita a redistribuição de recursos financeiros realizada antes, durante e após a Constituição de 88, além dessa redistribuição financeira houve também uma redistribuição administrativa e tributária fiscal, condicionada a atribuições também de responsabilidade e competências nas três esferas: municipal, estadual e federal. O que se pode observar é uma redução de receita na esfera federal. Já a situação do Estado fica um pouco mais estável e os municípios são os principais beneficiários do processo de

descentralização das receitas. Do ponto de vista tributário, fica com uma fatia que vai sendo cada vez mais crescente.

A brusca diminuição nas receitas disponíveis à União tem feito com que esta recorra cada vez mais às operações de créditos, mas que aos poucos essas operações deixam de representar uma antecipação de receitas para se tornarem uma fonte efetiva de arrecadação.

Neste contexto, os municípios se deparam com outro problema que é um desativamento da estrutura de apoio local, por parte de esferas superiores, passando muitos deles a enfrentarem uma situação de desequilíbrio estrutural, devido ao crescimento proporcional de maiores despesas.

Atrelado a esse crescimento e autonomia dos municípios surgem um crescimento também no nível de emprego público no âmbito municipal, movimentando de certa forma a economia local. Esse crescimento se dá quase que totalmente em prestação de serviços alocados nas mais diversas secretarias municipais. Empregos esses que são gerados, mas não possuem um retorno financeiro direto para o municípios na mesma proporção com que são pagos estes salários, ou seja, não há um retorno imediatamente financeiro que compense a contratação.

O que pode ocorrer com o pagamento destes salários é um aquecimento nas vendas do comércio, contribuindo para o crescimento econômico municipal através das transações comerciais e que mais tarde retorna ao município como renda indireta. Se faz necessário então, incremento de recursos financeiros que possa garantir o cumprimento da honra dos compromissos públicos municipais. Recursos esses que geralmente são provenientes das transferências do Estado e da União, legalmente assegurados pela reforma constitucional.

O processo de municipalização/descentralização, não atinge somente a esfera econômica, no que diz respeito a uma repartição maior do FPM – Fundo de Participação Municipal -, mas se cria em seu entorno várias mudanças de caráter político fazendo surgir outras lideranças locais e/ou setoriais, chegando a um novo formato político/administrativo/financeiro, devido a essa “autonomia municipal”.

Proporciona, no entanto, aos municípios poderes para eleger seu dirigente executivo, o da assembleia legislativa e elaborar sua Lei Orgânica que é uma lei genérica, elaborada no âmbito municipal, mas tendo que atender as determinações e limitações impostas pelas constituições federais e estaduais. A autonomia municipal dá liberdade para o próprio município desenhar seu modelo administrativo, nomear seus titulares, recolher diversos impostos, elaborar seus planejamentos de longo prazo e definir seu orçamento.

Tabela 1.1.2:

Período de Criação de Novos Municípios (Por Classe de Tamanho Populacional)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades de Federação	MUNICÍPIOS							Total	Total em %
	ANO DE INSTALAÇÃO								
	Anterior a 1942	De 1941 a 1963	De 1964 a 1988	De 1989 a 1992	De 1993 a 1996	De 1997 a 2000	2001		
Até 5.000 habitantes	33	499	138	108	260	286	47	1.371	24,66%
De 5.001 até 20.000 habitantes	510	1.258	338	162	186	229	5	2.688	48,34%
De 20.001 até 100.000 habitantes	744	363	98	31	23	16	-	1.275	22,93%
De 100.001 até 500.000 habitantes	124	53	10	2	3	1	1	194	3,49%
Mais de 500.000 habitantes	27	5	-	-	-	-	-	32	0,58%
TOTAL	1.438	2.178	584	303	472	532	53	5.560	100%
% de municípios criados por período em relação ao total de 2001	25,86%	39,17%	10,5%	5,45%	8,5%	9,57%	0,95%	100%	

Fonte: MARTINS, 2004

Referente dados demonstrados na tabela 1.1.2 por Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades de Federação, e levando em consideração o período que foram criados os municípios, pode-se notar que cerca de: 24,66% dos municípios brasileiros tem até 5.000 habitantes; 48,34% tem de 5.001 a 20.000 habitantes; 22,93% tem de 20.001 a 100.000 habitantes; 3,49% tem de 100.001 a 500.000 habitantes; e, 0,58% mais de 500.000 habitantes.

Pode-se observar, porém que no período 1989-2001, pós-Constituição 1988, a distribuição da criação de novos municípios foi a seguinte: 701 municípios com até 5.000 habitantes; 582 municípios tem de 5.001 a 20.000 habitantes; 70 municípios tem de 20.001 a 100.000 habitantes; 7 municípios tem de 100.001 a 500.000 habitantes e nenhum município com mais de 500.000 habitantes foi criado. O número de municípios que contém população até 20.000 habitantes resulta em um percentual de 73%, representando uma grande parcela de municípios existentes criados.

Observa-se também que no período compreendido de 22 anos (1941-1963), foram criados cerca de 2.178 novos municípios (39,17%) do total de municípios existentes. No período subsequente (1964-1988) onde se encontra vigente o sistema tributário de 1966, período de 24 anos, 584 novos municípios foram criados, representando cerca de 10,5% do total de municípios. Referente ao curto período de 12 anos que vai 1989 a 2001, cerca de 1.360 novos municípios foram criados, perfazendo um total 24,46% dos municípios existentes.

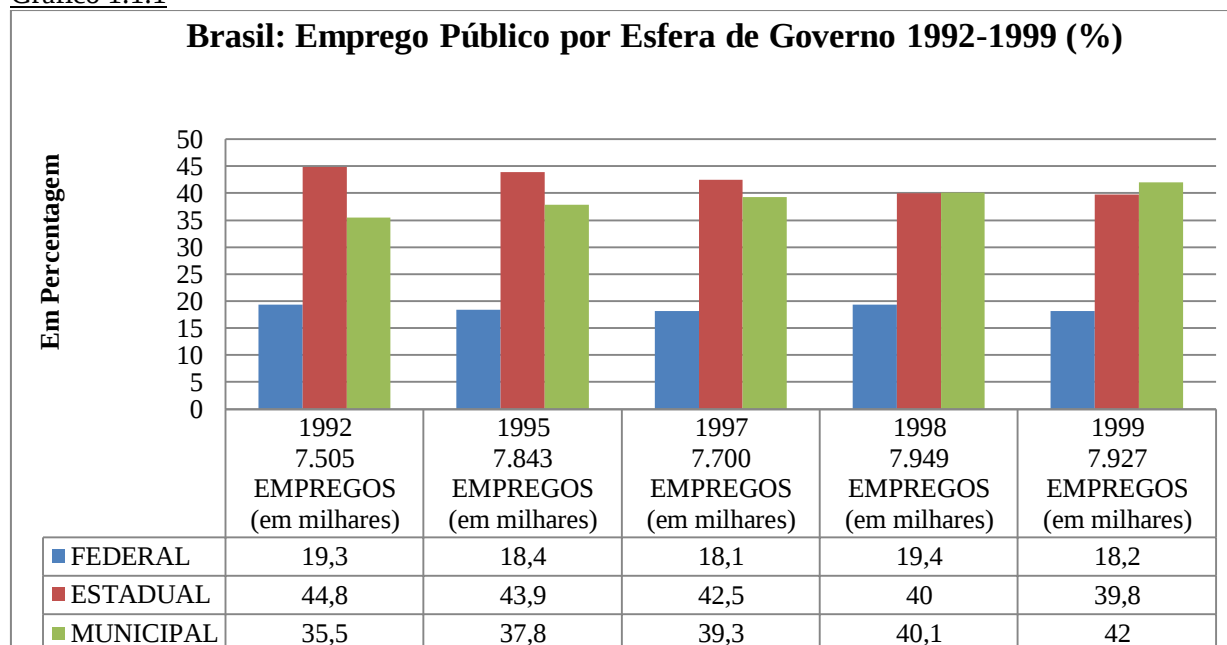
Houve um considerável crescimento do número de novos municípios, os quais vislumbravam com a nova constituição, já que a mesma proporcionava uma abertura maior para os processos de emancipações, impulsionados exatamente pela abertura democrática concedida pela Carta Magna de 88, a qual foi fruto de um trabalho desenvolvido desde o início da década de 80, que aos poucos foi ganhando força, até que sua culminância se deu em 1988.

Com o surgimento destes novos municípios, surge também a necessidade de eleger, nomear e contratar funcionários para fazer parte da administração da nova unidade federada.

Estes serviços estão alocados na esfera executiva, legislativa e judiciária, além das secretarias que são de suma importância como a administração, a educação e a saúde. Isso porque as responsabilidades passaram para a esfera local. No entanto, expande-se o número de empregos públicos municipais, passando o setor público a ser um dos maiores empregadores do país.

A renda gerada nos pequenos municípios, em sua maioria é oriunda destes empregos e da aposentadoria rural que foi implantada desde 1988. Os empregos públicos estaduais e os federais são mais raros. Estes dois últimos se concentram quase que em sua totalidade nos grandes centros urbanos e capitais.

Gráfico 1.1.1



Fonte: MARTINS, 2004 (adaptado)

Se faz notório no gráfico 1.1.1 que a todo tempo há um crescimento percentual na participação do município referente ao total de empregos existentes, seguido de uma redução

percentual das esferas estaduais e federal, as quais sofrem uma queda percentual devido a algumas medidas tomadas, como por exemplo, contenção de gastos públicos e privatizações.

Os municípios devem desejar afinidades recíprocas entre seus habitantes, visando o bem coletivo e almejar uma sociedade melhor. A política, com seu governo autônomo, possui atribuições próprias, não podendo ir de encontro com o proposto na Constituição Federal. O município é uma pessoa jurídica de direito público, tendo que cumprir com seus direitos e obrigações, tendo que obedecer à Lei Maior.

A forma de organização do Estado busca melhor racionalidade, agilidade e eficiência. Envolve, no entanto a participação de pessoas, o fortalecimento administrativo, o fim da centralização, uma política tributária que seja condizente, capacidade de gestão, programas de apoio aos municípios, entre outros, facilitando assim traçar o perfil municipal e trazendo mais flexibilidade, mais transparência, mais progressividade, mais mecanismo e mais controle social.

A municipalização passa a ser uma forma de poder mediadora mais ampla, no entanto é uma nova maneira de articulação entre a sociedade brasileira e o Estado. O prefeito, que é responsável constitucionalmente pela melhoria das condições de vida do indivíduo, é o representante imediato dos cidadãos, em tese, sendo vigiado e controlado pelos próprios munícipes. Contudo a ideia para que se tenha uma população livre, se faz necessário ter municípios que sejam fortes, sejam referências, sejam autônomos, mantendo a economia equilibrada.

MATTOS (2001), trata a descentralização como algo de suma importância, quando ela é planejada em conformidade com características próprias da região, só assim se consegue aos poucos superar as desigualdades sociais condicionadas uma sociedade mais justa, no entanto ele defende as ONGs como parceiras no fortalecimento do desenvolvimento regional.

A soberania do Município esta ligada a mudança de atuação dos órgãos do Governo. Junto aos recursos financeiros que são repassados da União e do Estado aos municípios, vem a responsabilidade em aplicá-los em serviços públicos os quais possam resolver os problemas dos munícipes, problemas esses previamente diagnosticados através da participação e das reivindicações populares. Contudo tem que haver planejamento, decisão, execução e controle.

Mas, para operar estas leis, passando-as para programas necessita-se de demanda orçamental e recursos financeiros. Se não houver recursos, nada pode ser feito. Para se conseguir os recursos os municípios têm que mostrar competência, são obrigados a mostrar condições de responder as demandas crescentes por serviços eficientes.

1. 2 Federalismo

Sendo uma forma de governo onde estados juntos formam uma só nação, detentores de sua própria autonomia, sendo independentes entre si, mas que possuem interesse comum. Representa a união nacional e possui características descentralizadoras.

A questão sobre o federalismo no Brasil tangencia a questão tributária. Apesar da Constituição de 66 centralizar o poder e a gestão política tributária, remete uma série de mecanismos para ocorrer relações financeiras e administrativas com Estados e municípios. Para entender a situação das relações entre as três esferas do governo, cada caso é singular, pois envolve todo um contexto histórico-político da época em que for apreciada.

A característica mais importante dentro de um sistema federativo é a existência de diferentes níveis de administração pública, os quais possuem autonomia própria e possuem competência para legislar sobre a área a qual lhe compete.

No federalismo a política fiscal de governo, seja ele qual for, dispõe de receita própria, podendo investir de acordo com as necessidades particulares das localidades. Neste caso o governo federal não influencia, nem interfere na tomada de decisões, quanto aos gastos estaduais e ou municipais.

A Constituição de 1988 proporcionou a elevação dos municípios à categoria de entes federados, atribuindo-lhes ampla autonomia política financeira e administrativa.

O problema tributário surge quando as despesas e receitas estão em patamares bem distintos, é neste contexto que a interferência do governo se faz necessário na política socioeconômica. O governo por sua vez tem que assegurar a alocação eficiente de recursos a fim de possibilitar o bem estar social; promover o crescimento econômico através de sua estabilidade financeira e tentar atenuar a desigualdade social, promovendo uma distribuição de renda e riqueza, levando em consideração as particularidades de suas localidades.

Neste novo cenário federalista, no intuito de crescimento e desenvolvimento, algumas Unidades da Federação (UF) muitas vezes proporcionam incentivos fiscais e financeiros a grupos empresariais a fim de atrair empresas para o Estado. Muitas vezes outras Unidades de Federação também agem da mesma maneira. Este processo evolutivo vai crescendo até tornar-se uma “guerra fiscal”². Os Estados ao agirem desta forma vão aos poucos fragilizando

2 – “... processo de concessões de incentivos fiscais que visam a incentivar o aumento de investimentos de novos projetos privados em uma determinada região, é uma atitude válida. No entanto é observado que este processo passa a ser passível de distorções, passa a ser imperfeito na sua realização, pois todas as UF podem ter posturas semelhantes, o que na essência caracteriza a própria “guerra fiscal”, constituindo assim uma situação de federalismo competitivo, que pode causar distorções não só econômicas, mas também políticas, dentro do grupo federado.” (OLIVEIRA, 2000)

as finanças públicas, por muitas vezes participarem dessa guerra fiscal.

As UFs poderiam arrecadar mais tributos, mas a “guerra fiscal”, condicionada a elevados incentivos fiscais, compromete a arrecadação.

2. FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL

As finanças públicas desempenha papel fundamental no âmbito coletivo e governamental atua em torno da existência das falhas de mercado, as quais necessitam da interferência do governo, do estudo de suas funções, da teoria da tributação e do gasto público.

Está ligada a questões financeiras governamentais, tais como captação de recursos pelo Estado (receita), cumprimento de pagamentos de atividades governamentais, gerenciamento e desempenho financeiros e os gastos (despesas), desejando atender o bem coletivo e da própria esfera governamental.

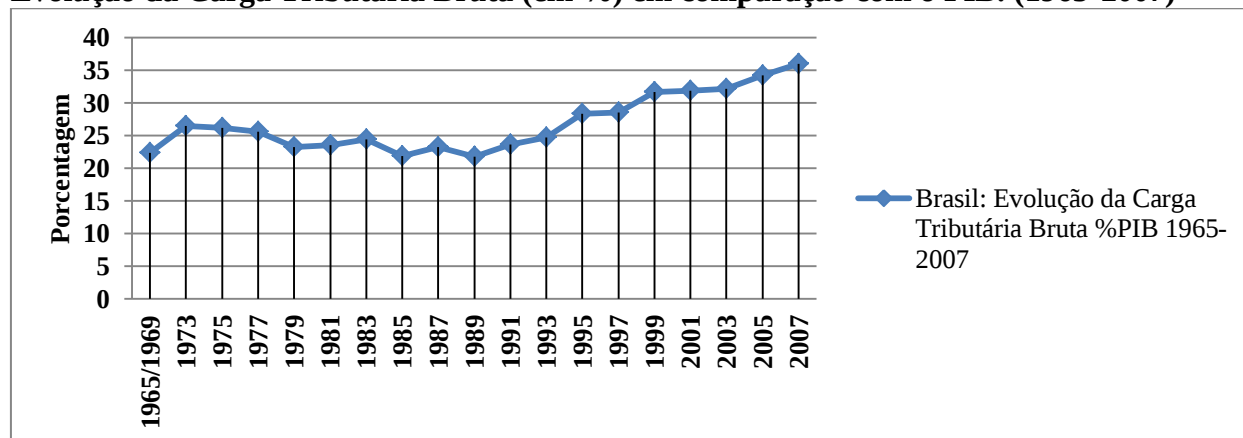
Em suma, abrange informações sobre a estrutura das receitas e despesas, por natureza econômica, a partir da consolidação dos balanços contábeis, bem como a sua aplicação e por fim o resultado geral (superávit ou déficit), nas três esferas de governo.

No entanto, para se que haja despesas tem-se que haver receita (captação de recursos) e esta é auferida através de pagamentos de tributos. Dependendo da forma pelo qual o tributo é imposto, ele afetará vários setores da economia, bem como indivíduos e empresas. Geralmente os tributos são cobrados de acordo com a renda dos indivíduos, as propriedades, a riqueza, os lucros empresariais, os salários e a produção e consumo de bens e serviços.

A forma mais tradicional de se apurar a carga tributária de um país é através da relação entre o montante de recursos obtido pelo governo via tributação e seu PIB (Produto Interno Bruto). O PIB se torna uma referência para calcular receitas e despesas do governo.

Gráfico 2.1:

Evolução da Carga Tributária Bruta (em %) em comparação com o PIB. (1965-2007)

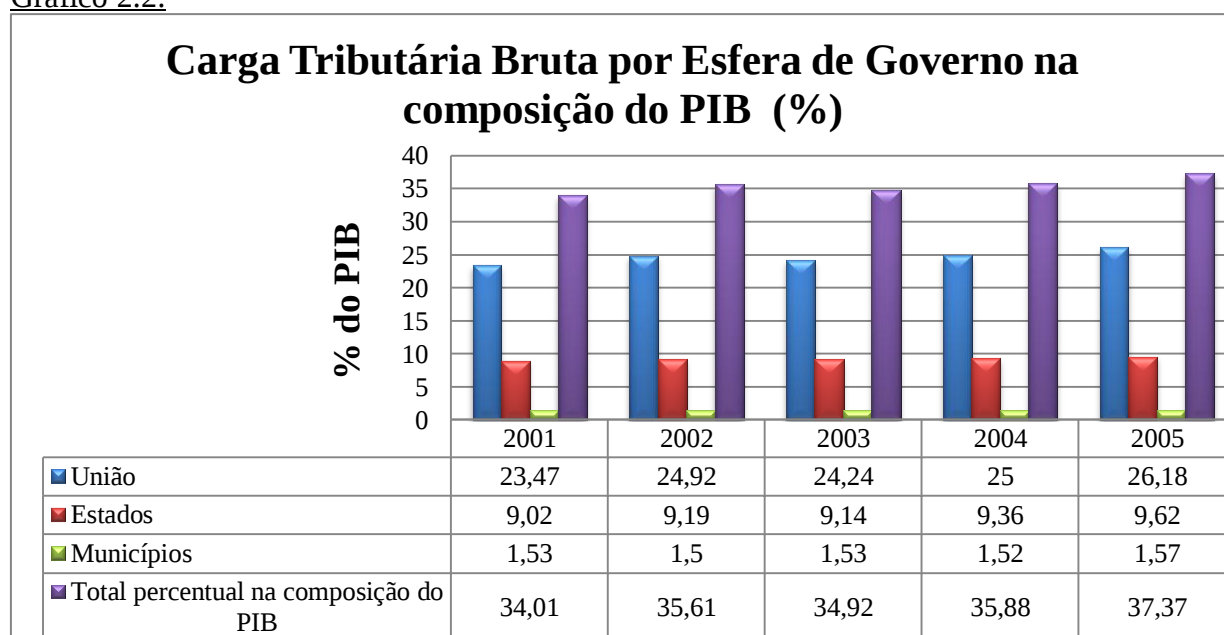


Fonte: RIANE, 2009

Percebe-se visivelmente no gráfico 2.1, um crescimento considerável na arrecadação do governo federal, estadual e municipal ao longo do período compreendido entre 1965 até 2007, havendo uma queda na arrecadação a partir de 1978, devido a grande recessão que o país vivia devido a crise do petróleo e aumentos dos juros internacionais, percebe-se que a arrecadação dá uma grande alavancada após 88, firmando seu crescimento arrecadatório após a implantação do Plano Real, causando uma certa estabilidade financeira no Brasil, devido a estabilidade de preços, condicionando a um controle na arrecadação e elevação das contribuições previdenciárias.

A oscilação na arrecadação depende da situação político-econômica que o país atravessa. No período compreendido na observação a arrecadação teve seus menores percentuais, sendo 22,4% (1965/1969), 21,8% (1988-1989), e teve seu auge em 2007 representando 36% do PIB.

Gráfico 2.2:



Fonte: Santana, 2006 (adaptado)

De 2001 a 2005, o percentual de arrecadação de Tributos na composição do PIB, se manteve num patamar com variações percentuais muito próximas. O percentual da arrecadação municipal é muito baixo quando comparada as demais esferas.

2.1 Finanças Públicas: Pós-Constituição de 1988

As transformações da tributação financeira pós-Constituição 88, traz confiança aos

municípios que outrora era praticamente impossível se auto sustentar, com a arrecadação de impostos que lhes eram atribuídos antes de 1988. No entanto, essa confiança não se deve ao fato dos municípios possuírem maior capacidade em tributar, e, sim devido a maiores transferências governamentais para os municípios.

Essas mudanças não só apenas alteraram a distribuição do número de tributos a serem cobrados, mas também fundiram alguns deles. Após a Constituição de 88, os principais impostos e sua distribuição para cada nível do governo passou a ser da forma como está expressa na tabela 2.1.1.

Tabela:2.1.1

Principais Impostos e sua Distribuição por Nível de Governo

GOVERNO	TIPOS DE IMPOSTOS
FEDERAL	Imposto de Importação Imposto de Exportação Imposto Territorial Rural Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Imposto sobre Produtos Industrializados Imposto sobre Operações Financeiras Imposto sobre Grandes Fortunas
ESTADUAL	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte e Comunicação Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação Imposto sobre Propriedade de Automotores (IPVA) Adicional do Imposto de Renda
MUNICIPAL	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis <i>Inter Vivos</i> (ITBI) Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo (IVVC) Imposto sobre Serviços (ISS)

Fonte: Autor, a partir de base de dados de RIANE, 2009

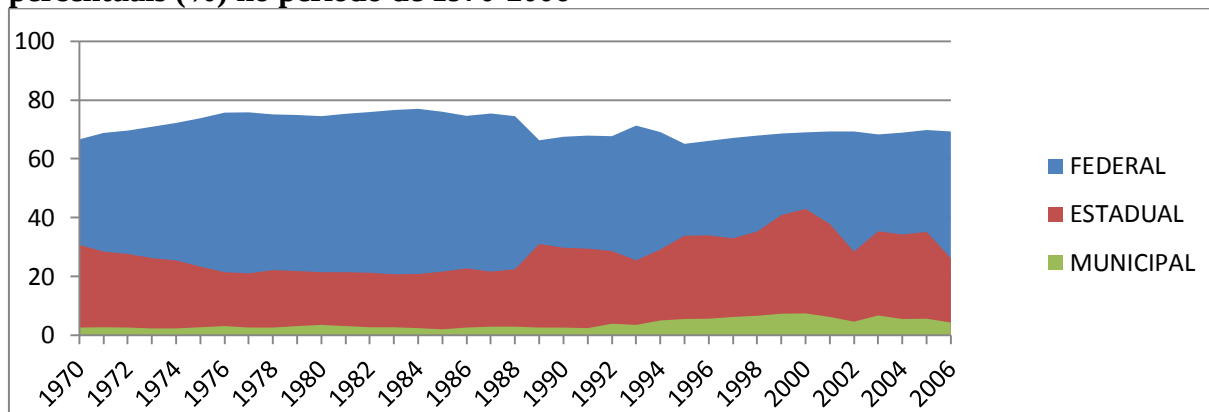
Os três níveis de governo possuem ainda a competência para arrecadar outros tributos relacionados às taxas e às contribuições de melhorias. A competência financeira tributária define qual esfera governamental será responsável pela arrecadação de um determinado tipo de tributo.

Observando o gráfico 2.1.1, em relação ao período compreendido entre 1970 e 2006, pode se perceber que são pequenas as variações percentuais de arrecadação nas três esferas governamentais antes e depois da Constituição de 1988, evidenciando-se que não houve elevação significativa na arrecadação municipal, o que ocorreu foi uma transferência maior de renda. A União sempre foi a maior detentora de arrecadação de tributos e nas repartições dos tributos esta continua com a maior parte.

Após o período de 1988, a elevação na carga tributária brasileira, não foi resultante das alterações. As alterações só mudaram a base tributária e a repartição de receita entre as três esferas do governo, mas continuou sem promover mudanças profundas.

Gráfico: 2.1.1.

Distribuição da arrecadação tributária bruta entre os três níveis do governo em termos percentuais (%) no período de 1970-2006



Fonte: RIANE, 2009

2.2 Transferências de Recursos Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais assumem o principal papel de complementação de arrecadação nos níveis de governo recebedores de recursos.

As receitas de arrecadação própria dos municípios basicamente são oriundas dos tributos e com pesos heterogêneos em sua arrecadação tributária, quando comparadas por faixa de população. Essas receitas de competência municipal são compostas pelo IPTU, pelo ISS, pelo IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte dos funcionários públicos municipais) e outras (taxas diversas, ITBI e contribuições de melhorias)³.

O IPTU e o ISS são as principais fontes de arrecadação própria dos municípios, no entanto, não produzem índices de crescimento capazes de acompanhar o índice de crescimento de renda nacional ou mesmo de seguir os índices inflacionários.

Muitas vezes isso ocorre porque a maioria dos governos locais não possuem estrutura adequada para o controle e a cobrança de seus tributos, ou até mesmo por razões políticas, pois muitas vezes o prefeito tem muita proximidade com a população, então decide não cobrar adequadamente seus tributos, no entanto, os municípios muitas vezes arcam com o ônus político.

De modo geral, os grandes centros urbanos adotam cobranças de impostos de forma mais eficaz que os municípios menores, justamente por essa falta de proximidade dos prefeitos com seus munícipes.

3 – (RIANI, 2009; p. 148)

Já as transferências estaduais e federais compõem-se de recursos como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁴, LC 87/96 (Lei Kandir)⁵, ICMS (cota referente a parte municipal), IPVA (cota municipal), etc.

A União deverá repassar 47% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados para Estados e Municípios, sendo que a parte que compete ao município é na ordem de 22,5%, destinado ao Fundo de Participação dos Municípios.

Referente a competência dos recursos transferidos aos municípios, RIANI, 2009, elenca com bastante clareza: 100% do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos por eles, suas autarquias e fundações; 50% do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, relativo aos imóveis neles situados; 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados em seu território; 25% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; e, 25% do repasse feito aos Estados sobre o IPI das exportações de produtos industrializados.

2.2.1 Receita

“O caminho natural para o financiamento das receitas públicas é o processo tributário embora existam outras maneiras para o financiamento do Estado o processo tributário é mais usual. Para o bom funcionamento da máquina administrativa é fundamental um sistema tributário capaz de satisfazer às necessidades da sociedade.”
(OLIVEIRA, 2000)

No entanto, caracterizadas como a fonte de renda que é arrecadada através de tributos, como impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuição especiais, as receitas servem para custear as despesas governamentais, e/ou até necessidade de investimentos de cada ente federativo. A arrecadação é prefixada em lei.

As Receitas podem ser Correntes ou de Capital. Sendo a Receita Corrente compostas de recursos provenientes de tributos de competência financeira e tributária de arrecadação

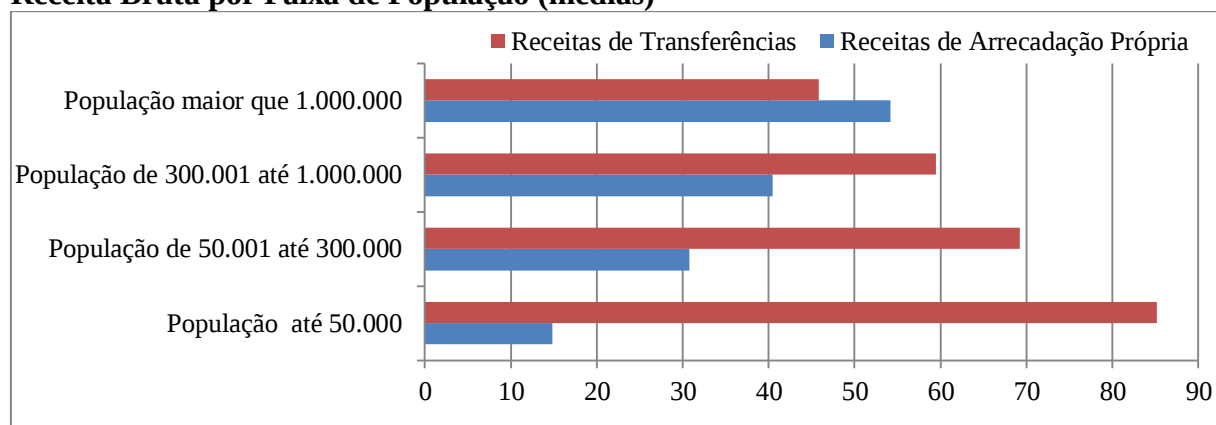
4 – A forma de distribuição do FPM foi definida na Lei Complementar nº 62, de dezembro de 1989, que vigorou a partir de 1º de janeiro de 1990. Onde, a partilha dos recursos do FPM para os chamados “municípios do interior”, que excluem as capitais dos Estados, é feita por meio de coeficientes estabelecidos de acordo com a população dos municípios. (<http://www.senado.gov.br>)

5 – Aprovada, a “Lei Kandir” acarretou significativas alterações na legislação do tributo. Talvez a mais importante tenha sido a completa desoneração das operações que destinassem mercadorias ao exterior, alcançando inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados (arts. 3º, II, e 32, I). Ademais, a LC nº 87/96 garantiu aos exportadores o aproveitamento integral do crédito de imposto relativo aos insumos utilizados nas mercadorias exportadas (art. 21, § 2º) (www.bd.camara.com.br)

própria de cada nível de governo. Já as Receitas de Capital, são compostas principalmente de recursos originários de empréstimos realizados pelo governo e de alienação de bens. (RIANI, 2009. p.161).

Gráfico: 2.2.1.1

Perfil e Evolução das Finanças Municipais no período de 1998-2006 (em %) Receita Bruta por Faixa de População (médias)



Fonte: autor, baseado em dados de RIANE, 2009

O gráfico 2.2.1.1 refere-se a uma média baseada nos municípios brasileiros os quais estão escalados em faixa (por números de habitantes). Evidenciando que os municípios com menor população não geram tributos próprios municipais que sejam tão significativos, quando analisados as receitas gerais do município, sendo estes menos desenvolvidos.

Já os municípios que estão na faixa de 50.001 até 300.000 habitantes a dependência destas transferências diminui um pouco, sua receita própria gira em torno de 30,8%, competindo 69,2% de transferência de outras esferas.

Essa escala vai se reduzindo proporcionalmente na medida em que a população vai aumentando até chegar a reverter a situação. Os municípios que possuem população de mais de 1.000.000 de habitantes, a arrecadação própria é na média de 54,2%, e as transferências são em torno de 45,8%, ou seja, representa menos da metade de toda receita contraída.

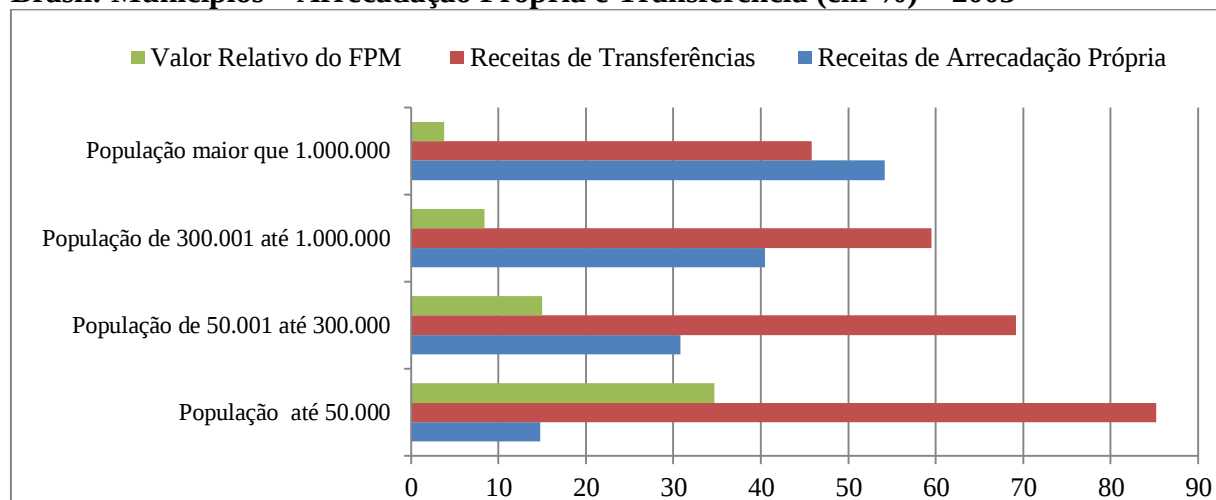
No que tange a arrecadação própria, os impostos que a compõem possuem baixíssima participação em relação a receita total dos municípios. Essas receitas só vão auferir significância em municípios que são grandes centros urbanos e na capital. Muitos municípios pequenos não exploram adequadamente as potencialidades de suas receitas próprias, até mesmo por falta de obrigatoriedade legal em cumprir um mínimo de arrecadação própria, propiciando uma redução no grau de dependência.

A oscilação econômica como um todo influencia no produto final da arrecadação de impostos e tributos, no entanto uma economia superaquecida tende ao aumento na arrecadação, propiciando um repasse maior para a administração pública.

Gráfico: 2.2.1.2

Valor Relativo do FPM no Total da Arrecadação Municipal (em %) – 2005

Brasil: Municípios – Arrecadação Própria e Transferência (em %) – 2005



Fonte: autor, baseado em dados de RIANE, 2009

O Fundo de Participação dos Municípios – FPM, sendo uma maneira como o Governo Federal repassa verbas para todos os municípios brasileiros, é de suma importância, principalmente para municípios de população cada vez menores, podendo ser verificado no gráfico 2.2.1.2, a situação de cada classe de municípios. Quanto maior a população, menor a tendência de depender do FPM. Seu percentual, dentre outros fatores é determinado principalmente pela proporção da quantidade de habitantes estimado anualmente pelo IBGE.

Nos municípios menos desenvolvidos e mais pobres, o não potencial da arrecadação do IPTU e do ISS tem contribuído para que haja uma dependência cada vez maior das transferências estaduais e federais.

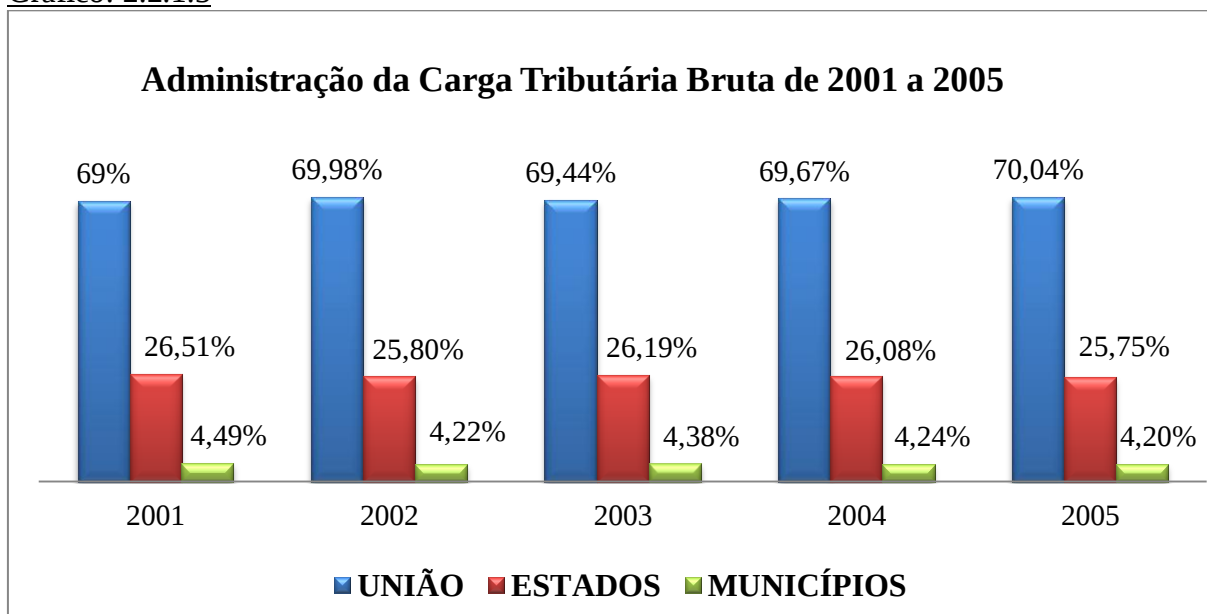
A evolução da receita tributária dos pequenos municípios parece não ser muito satisfatória, apresenta não haver muito esforço fiscal para aumentar sua arrecadação. Muitos municípios ficam condicionados aos repasses das demais esferas.

Na administração da carga tributária no que tange a arrecadação de impostos, observa-se que os municípios retêm o menor valor percentual⁶ de arrecadação, devido aos poucos tributos que lhes são atribuídos (vê tabela 2.1.1 da página 24) e também da ineficiência

6 – Vê nos anexos tabela de detalhamento percentual por tributos, bem como seu impacto na composição do PIB 2005. O qual mostra percentuais muito pequenos referente ao IPTU, ISS e ITBI (principais tributos de arrecadação municipal).

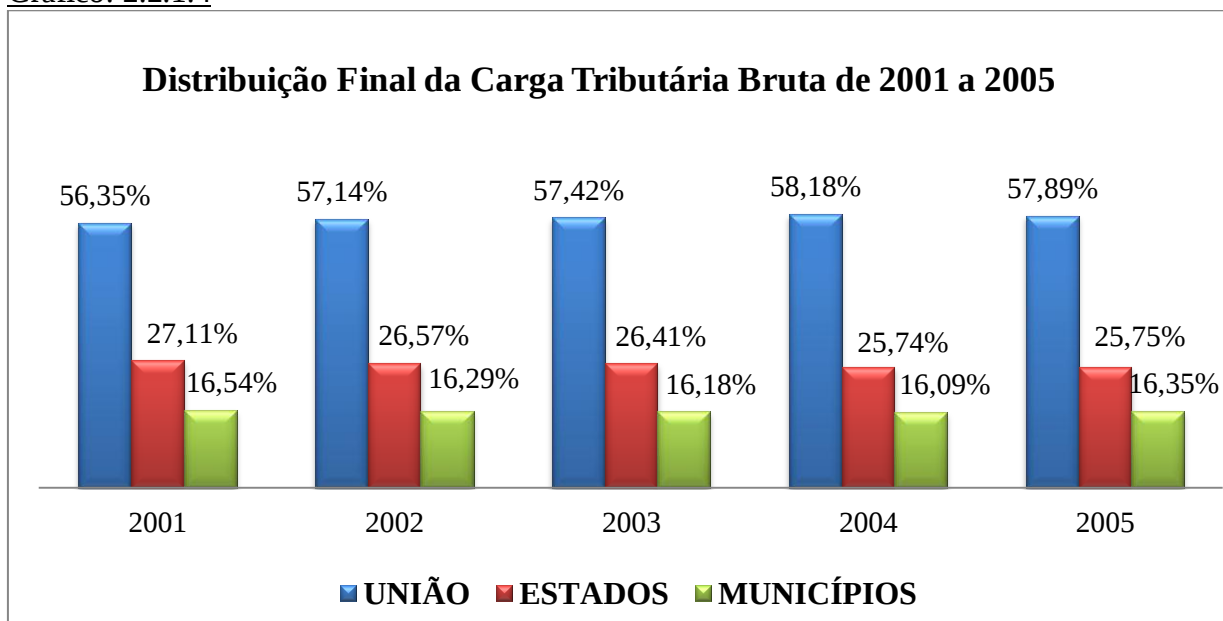
administrativa por parte de muitos municípios, principalmente os de menores proporção, em garantir o recolhimento dos mesmos.

Gráfico: 2.2.1.3



Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)

Gráfico: 2.2.1.4



Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)

Na distribuição final dos recursos oriundos dos tributos, percebe-se uma transferência maior para os municípios, isso porque, os Estados transferem recursos para os municípios praticamente nas mesmas proporções em que a União transfere para os Estados, ficando, no entanto os Estados em condições relativamente iguais ao arrecadado e ao que lhes é conferido

depois da distribuição final desses recursos. O impacto vem então da arrecadação Federal para os municípios.

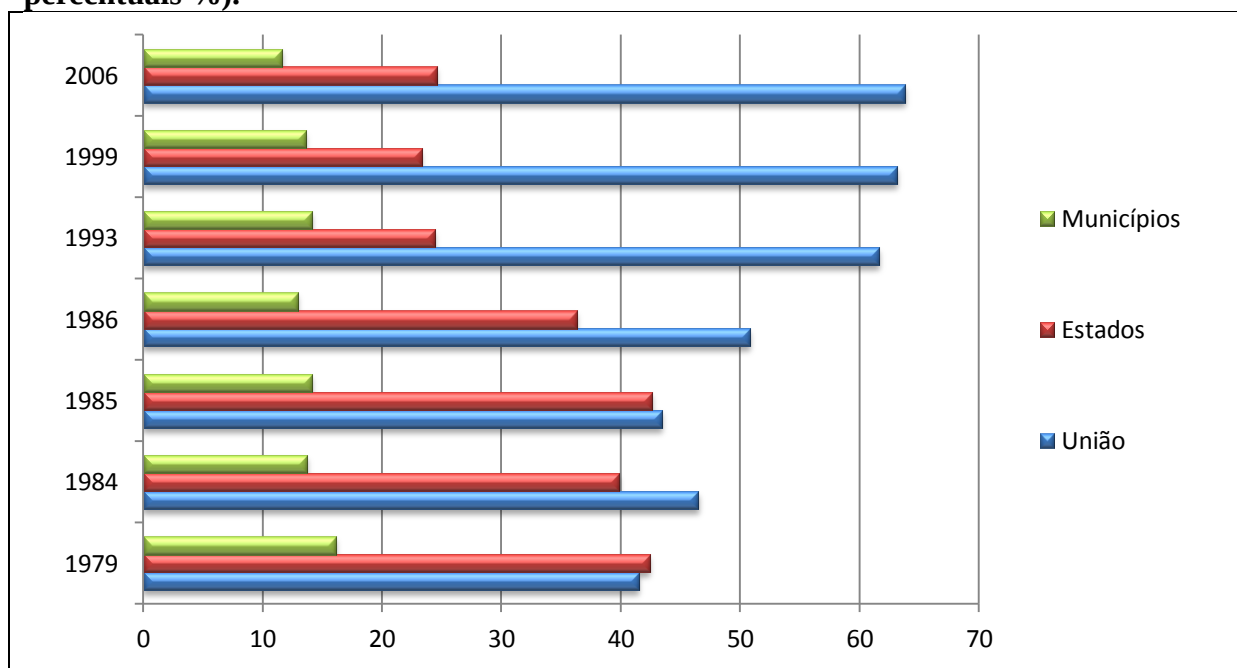
2.2.2. Despesa

A soma dos gastos realizados pela administração pública se configura despesa pública, no entanto, auferida com vistas ao cumprimento das responsabilidades institucionais públicas, visando atender as necessidades coletivas de um ente federativo.

As despesas por sua vez também, assim como as receitas, classificam-se em Correntes ou de Capital. A Despesa Corrente corresponde as despesas fixas do governo, estas despesas podem ser de custeio, como por exemplo, para pagamento de pessoal, material de consumo, etc.; e, pode ser de transferência de recursos do governo para terceiros, juros da dívida, etc. A Despesa de Capital está relacionada aos investimentos realizados pelo governo, serve também para amortizar dívidas contraídas.

Gráfico 2.2.2.1

Gastos dos Governos: Federal, Estadual e Municipal. Período 1979-2006 (em termos percentuais %).



Fonte: RIANE, 2009

Para RIANE (2009), as despesas da administração pública, permitem melhor avaliação se as mesmas forem agrupadas por categorias e por funções, proporcionando uma avaliação mais apurada e detalhada. No entanto, permite aos governos darem prioridades à alocação de recursos que lhes são disponíveis.

No gráfico 2.2.2.1 observa-se que o percentual de despesas por parte dos municípios antes de depois da Constituição de 88, mantiveram-se num mesmo padrão. Já os Estados tiveram expressiva diminuição de gastos pós-Constituição 88, e em contrapartida o Governo Federal aumentou seus gastos. Nestes gastos governamentais se incluem: pessoas e encargos sociais; juros e encargos da dívida (externa); transferência a Estados e Municípios; Benefícios Tributários; e, demais despesas correntes.

A partir de 2001 as despesas, passam a ter um caráter mais padronizado de apresentar seus resultados, no intuito de alinhar as contas públicas, isso graças a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 4 de maio de 2000. O intuito é, no entanto, de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. O planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização são premissas básicas da LRF, além de obter ações capazes de corrigir desvios, prevenir riscos quanto ao afetamento do equilíbrio das contas pública.

3. ANÁLISE REGIONAL

Para BECKER (2002), a questão da regionalização tem que está atrelada ao pensar e agir globalmente, tem-se que ser levado em consideração todo um estudo sobre esse processo de regionalização, não só as questões no âmbito econômico (determinantes corporativos, competitividade, crescimento econômico), mas também as questões sociais envolvidas, aos desafios ambientais em consonância com a questão da sustentabilidade e também ao próprio desenvolvimento contemporâneo.

A primeira divisão regional do Brasil ocorreu em 1946 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a última foi feita em 1988.

Pensar, no entanto na questão local considerando o global e vice-versa, ou seja, pensar na questão global levando em consideração o local. Para Becker essa seria a combinação perfeita para tratar de regionalização. Ele mostra que o ideal possível para uma região se desenvolver é ser diferente socialmente, ou seja, focar no ambiente e na cultura, na diversidade econômica que consiga viabilizar a competitividade, ter pluralidade ética, ideológica e política; respeitando o passado e tendo perspectivas para o futuro, o que definirá cada situação é a característica própria de cada região.

3.1 Desenvolvimento de Pernambuco

“A história de Pernambuco nos oferece exemplos de heroísmo e grandeza moral que podem figurar nos fastos dos maiores povos da antiguidade sem desdourá-los.”

Franklin Távora

Não se pode deixar de falar em Pernambuco sem antes falar sobre a importância do açúcar nesta região, no entanto o açúcar foi a primeira grande fonte de riqueza do Brasil e de Pernambuco, a primeira que possibilitou e sustentou a colonização das terras brasileiras pelos portugueses.

Os holandeses dominaram Pernambuco entre 1630 e 1654. Atraídos pela riqueza do açúcar, invadiram terras ocupadas pelos portugueses. Nesse período os holandeses procuraram aumentar a produção açucareira trazendo mais trabalhadores escravizados da África, fizeram porém, do Recife a sede do governo e transformaram a cidade em um centro cultural e comercial.

Tendo então Pernambuco ganhado notoriedade frente a outros Estados brasileiros. A partir da monocultura do açúcar na região foram formando vilarejos e cidades concentradas principalmente na região da mata e litoral, onde as terras eram mais férteis para o cultivo deste tipo de produto.

Aos poucos os processos de plantações foram se mecanizando e as usinas conseguiram melhorar e aumentar muito a produção açucareira no Estado. No período do declínio do cultivo da cana-de-açúcar, a população pernambucana já era consideravelmente populosa.

Contudo, as cidades cresceram de maneira mais acelerada no século XX. Isso correu em praticamente todo o Brasil, quando houve um grande deslocamento da população rural para as cidades, na esperança de melhores oportunidades e condições de vida procurando trabalho na indústria e no comércio.

O Estado de Pernambuco vem se destacando no cenário nacional como um dos maiores centros de desenvolvimento do Brasil. Isso se deve pelo fato do Estado ter um foco estratégico na descentralização do desenvolvimento e no atendimento das demandas da população do interior e do litoral.

A economia de Pernambuco vem apresentando taxas médias de crescimento maiores que a média nacional, acompanhadas pelo aumento dos índices de emprego, valorização do salário mínimo e a ascensão das classes sociais (CONDEPE/FIDEM, 2014). Esses resultados – é importante destacar – se devem principalmente às políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico tanto do âmbito estadual como federal.

Contudo, tais processos trazem consigo algumas deslocalizações produtivas, maiores facilidades para adquirir bens de capital modernos, mobilidade de emprego, como também, busca por melhor qualificação da mão de obra, menores custos e aberturas das telecomunicações.

Parte deste destaque deve-se a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), programa que o governo brasileiro criou em 1959, no intuito de promover o desenvolvimento da região, com isso o Estado de Pernambuco ganhou impulso no setor industrial, passando a abrigar o maior e o mais diversificado parque industrial do Nordeste.

A divisão do espaço de Pernambuco, deu-se através de muitos estudos geográficos os quais inicialmente levou-se em consideração apenas os aspectos físicos geográficos. Inicialmente Pernambuco era dividido em duas regiões, sendo elas a Zona da Mata, que incluía a região marítima e continental e a Zona das Caatingas, que refere-se às subzonas do agreste e do sertão. O tempo foi passando e averiguou-se a necessidade de subdividir as regiões de forma mais específica.

Houve, portanto diversas mudanças, levando-se em consideração a sucessão de paisagens que se apresentavam do litoral para o interior pernambucano, em 1989 o IBGE identificou a existência de cinco mesorregiões sendo elas: Metropolitana, Mata, Agreste, São Francisco e Sertão, as quais estão atualmente subdivididas em doze microrregiões, sendo elas: Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Metropolitana, Pajeú, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó e Sertão do São Francisco.⁷

Estas divisões foram acontecendo em virtude de transformações políticas e econômicas; objetivava coletar dados sobre o território brasileiro para conseguir melhor administrá-lo. Hoje Pernambuco está subdividido em 185 cidades.

3.2 Agreste Central: Brejo Pernambucano

Se localiza na mesorregião do Agreste Pernambucano. A região de desenvolvimento do Agreste Central tem uma área de 10.117 km² sendo constituída por 26 municípios. De acordo com o censo demográfico 2010 do IBGE, tem uma população de mais de um milhão de habitantes, sendo 77% habitantes na área urbana e 23% habitantes na zona rural.

O município mais populoso da região é Caruaru, destaca-se o comércio como principal atividade econômica, elevando o município à categoria de um dos maiores centros comerciais do interior do Nordeste, o qual também ganha destaque nacional por sua indústria, turismo e sua cultura. No cenário mundial destaca-se pelo artesanato de cerâmica figurativa que são produzidos na comunidade do Alto do Moura, a qual conquistou o título de Maior Centro de Artes Figurativas da América Latina, pela Unesco.

O Índice de Desenvolvimento Humano - O IDH do Agreste Central é de 0,622, sendo este inferior ao de Pernambuco que é de 0,673, entre os maiores índices estão os de Caruaru que de cerca de 0,677 em 2010. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Adiante será realizado o estudo histórico, sócio-econômico e político das cidades em destaque que são Cupira e principais cidades vizinhas: Agrestina, Lagoa dos Gatos e Panelas, bem como a cidade pólo da região, a cidade de Caruaru, por esta ser considerada cidade de eixo central e de maior comercialização. Os municípios em destaque fazem parte da mesorregião Agreste Central, especificamente na microrregião Brejo Pernambucano.

7 – Ver mapa das microrregiões de desenvolvimento de Pernambuco nos anexos.

3.2.1 Breve histórico do contexto socioeconômico regional

A economia da região do Agreste Central está vinculada ao Pólo de Confeccões do Estado, com foco em artigos de vestuário e têxteis – do qual Caruaru é um dos principais centros de comercialização –; a economia também se encontra vinculada à produção agrícola; à pecuária de leite e de corte; à avicultura; ao turismo; ao comércio e serviços.

Além da cidade de Caruaru, há mais outras cidades que integram o segundo maior polo têxtil do Brasil – perdendo somente para São Paulo – dentre elas destacam-se: Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Surubim, Agrestina, Cupira, Vertentes, Belo Jardim e Riacho das Almas.

Dados oficiais confirmam um crescimento econômico através do crescente número de empresas que atendem ao setor têxtil, funcionando como esperança de dias melhores, ou seja, é uma saída para geração de empregos, fortalecendo assim a renda familiar. Esse eixo em torno de Caruaru absorve 73% da produção do vestuário do Estado, perfazendo um total de 77 mil empregos diretos e indiretos, e 12 mil empresas formais e informais, conforme dados do CONDEPE/FIDEM (2010).

“O trabalho produzido nesses municípios vem somar aos centros comerciais para fornecer novos produtos para os compradores da região. Essas cidades começam a formar um polo prestador de serviços, através do surgimento de facções que produzem uma diversificação do nicho de produtos”, destacou o consultor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Laudemiro Ferreira, na reportagem de Rafael Dantas do Jornal do Comércio, em 16 de março de 2009.

Além de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama também destacam-se pela vasta confecção e comercialização de roupas. Belo Jardim destaca-se pela confecção têxtil, de calçados, diversos produtos em couro, bolsas, material esportivo, jeans e lingerie. Cupira destaca-se pela confecção de produtos infantis (desde enxoval para bebês a confecções infantis), confecção de cama, mesa, banho, jeans, confecção em geral (feminino e masculino), lingerie, bordados, e facções que servem como apoio para empresas de maior porte, localizada em outras cidades. Riacho das Almas e Vertentes estão bem caracterizada por lavanderias, confecções de produtos em jeans e facções. Taquaritinga do Norte e Brejo da Madre de Deus, em sua maioria, funcionam como prestadoras de serviços para outras empresas, como facções, serviços de bordado, entre outros.

Conforme dados oficiais, o número de empresas que vivem na legalidade é muito inferior ao que realmente se encontram nas cidades, porém não sendo desmerecedora de credibilidade, pois as mesmas, mesmo estando na informalidade geram muita renda e muitos

empregos, pois se há um desenvolvimento local, a renda tende a melhorar e de certa forma essa renda na maioria das vezes será aplicada no comércio local.

Estas cidades mesmo tendo suas próprias características produtivas, estão ligadas ao polo têxtil (Caruaru/ Toritama/ Santa Cruz do Capibaribe), devido a facilitação comercial das mercadorias produzidas. Mas, para que a comercialização seja possível de forma mais organizada, as cidades contam com o apoio do SEBRAE Caruaru, no intuito de direcionar o empreendedor de forma mais organizada e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no intuito de formar profissionais cada vez mais especializados.

Vale salientar que o crescimento das cidades traz progresso, no entanto crescem também os problemas sociais e ambientais. Em Pernambuco, as primeiras indústrias eram pequenas fábricas de alimentos, bebidas, tecidos, calçados, móveis, utensílios domésticos, ferramentas e material de construção, pois o objetivo inicial era atender as primeiras necessidades como alimentação, vestuário, moradia, higiene e saúde. (TEIXEIRA, 2013)

No que se refere às condições de trabalho, no início da industrialização, elas eram mais duras, pois se trabalhava de doze a quatorze horas por dia e também não se gozava férias. Não existiam leis que estabelecessem e garantisse os direitos dos trabalhadores. Os trabalhos se estendiam aos homens, mulheres e crianças, tudo isso para garantir a subsistência familiar. (TEIXEIRA, 2013)

Apesar de muitas lutas pelos direitos trabalhistas, a situação só veio a melhorar após a implantação da lei federal sancionada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945), garantindo uma jornada diária de 8 horas de trabalho, salário mínimo, repouso semanal, férias anuais, crianças menores de doze anos não podiam trabalhar de forma alguma, e após os doze anos de idade podia-se trabalhar com jornada inferior a oito horas. Direitos esses que passaram a valer para todo o território brasileiro.

O que se vê nos municípios são as mais variadas condições de trabalhos, pois há aqueles que ainda desrespeitam as leis trabalhistas, não pagando o salário comercial na íntegra, ou não atendendo as condições de segurança no trabalho, entre outros agravantes. Também, percebe-se uma expansão de horas de trabalhado, onde muitas vezes o direito de receber estas horas extras não é respeitado.

Os municípios que compõem a região especificada são bastante diferentes uns dos outros quanto às paisagens naturais, ao número de habitantes, ao tipo de atividade econômica predominante e à condição de vida de seus moradores.

Em ordem decrescente por data de emancipação política tem-se: Caruaru (1857), a cidade mais antiga do bloco, seguida de Panelas (1870), logo em seguida vem a emancipação

de Agrestina (1884), Lagoa dos Gatos (1928) e por fim a emancipação da cidade de Cupira (1953).

Quanto às informações adicionais das cidades objeto de análise, verificaremos informações como População, IDH, renda per capita, número de trabalhadores no setor formal, Finanças Públicas e PIB.

3.3 BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS: EMANCIPALIDADES

3.3.1 Caruaru

Município pertencente a Região do Agreste Central Pernambucano, distrito criado com a denominação de Caruaru, subordinado ao município de Bonito. Elevado à categoria de Vila, em 1848, foi desmembrado de Bonito. Instalado em 1849. Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Caruaru, através de lei no ano de 1857, sua data cívica é 18 de maio, dista 130,1 km da capital Recife. Seu gentílico é caruaruense.

A população de Caruaru em 1940 era de 24 mil habitantes. Passou a 65 mil em 1960, ou seja, vinte anos depois. Dados do Censo Demográfico 2010 indicavam a presença de mais de 314 mil habitantes, sendo a taxa de urbanização girando em torno 88,78%. Em apenas 60 anos a população da cidade cresceu mais de dez vezes. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) passou de 0,544 no censo de 2000 para 0,673, segundo dados do censo de 2010.

Caruaru conhecida como “*Capital do Agreste*”, “*Princesa do Agreste*”, ou até mesmo “*Capital do Forró*”, foi e é um dos grandes centros de atração das famílias de trabalhadores do campo que perderam suas terras e abandonaram atividades pouco rentáveis na agricultura e decidiram procurar vida melhor no comércio e nas fábricas, mesmo sendo poucas e pequenas as propostas são muito mais atraentes do que a agricultura em si. A cidade também é famosa por abrigar a maior feira livre do Nordeste, por sua festa de São João, entre outros destaques.

Segundo dados do CONDEPE/FIDEM, a renda média per capita passou de R\$ 412,37 em 2000 para R\$ 540,90 em 2010, referente a taxa de analfabetismo houve uma considerável queda, em 2000 era 21,47%, já em 2010 passou para apenas 14,51%, mesmo sabendo que ainda é um alto índice, houve uma considerável queda em relação ao censo anterior.

Referente a quantidade de empregados no setor formal esse número foi de 71.233 registrados em 2012, distribuídos nas mais diversas categorias, sendo que a maior representação está no setor do comércio com 21.918 empregados representando 30,76% dos

empregos, outros setor bastante representável é o serviços de totalizando 20.181 perfazendo uma 28,33%; a indústria de transformação é formada por 13.209 funcionários representando 18,54%; a administração pública emprega cerca de 8.767 funcionários os quais representam 12,30% da totalidade de empregados formais em todo o município. Outros trabalhadores representados em menor quantidade estão inseridos no setor da agropecuária, na atividade extrativa mineral, na construção civil e na área de serviços industriais e de utilidade pública, que juntos representam 10,07%. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Gráfico 3.3.1.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O município de Caruaru e região concentra um enorme volume de pequenos fabricos, garantindo o sustento de diversas famílias da região. A culminância da produção de confecção em grande escala realizada é a “Feira da Sulanca”⁷, a qual complemente assim como nos pequenos fabricos o setor informal da econômica. A feira que acontece semanalmente concentra um grande contingente de pessoas comercializando, a maioria exerce o comércio informal, desde os próprios comerciantes, que vivem na informalidade e que muitas vezes, o empreendimento é familiar, não contam na maioria das vezes com funcionários legalizados.

No entanto sendo Caruaru, uma das principais cidades vinculada ao Pólo e Confecções do Agreste Pernambucano e um dos maiores centros comerciais, deve-se levar em consideração o setor informal, já que o mesmo é muito presente na realidade da cidade.

7 – Feira que surgiu inicialmente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, na zona agreste de Pernambuco, na década de 1960, a partir dos retalhos de helanca trazido da cidade de São Paulo, começando assim a fabricação e comercialização das peças de helanca. Hoje os tipos de confecções são bem diversificados e a comercialização se expandiu. A feira funciona como uma espécie de atacado de centenas de pequenos comerciantes de outras cidades e Estados. (Wikipédia)

Por outro lado existe o cliente, que em sua maioria é fiel aos seus fornecedores, que por estarem contribuindo para a arrecadação de impostos conseguem baratear as mercadorias e assim obter um volume maior de comercialização. No entanto o que é preocupante é a baixa arrecadação do governo que ocasiona comprometimento nas ações a serem desenvolvidas pela esfera governamental. É o setor informal que impulsiona o crescimento econômico de Caruaru.

Na agricultura caruaruense as principais produções são de mandioca, tomate e banana. Na pecuária os principais rebanhos são: o bovino, o caprino e o ovino. Nas finanças públicas a receita tributada sobre a corrente em 2012 foi em torno de 16,78%, já as receitas de transferências correntes sobre a receita corrente girou em torno de 68,56%. Quanto as despesas realizadas a educação representa cerca de 26,80%, e a saúde representou 21,34% de todas as despesas realizadas. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Tabela 3.3.1.1

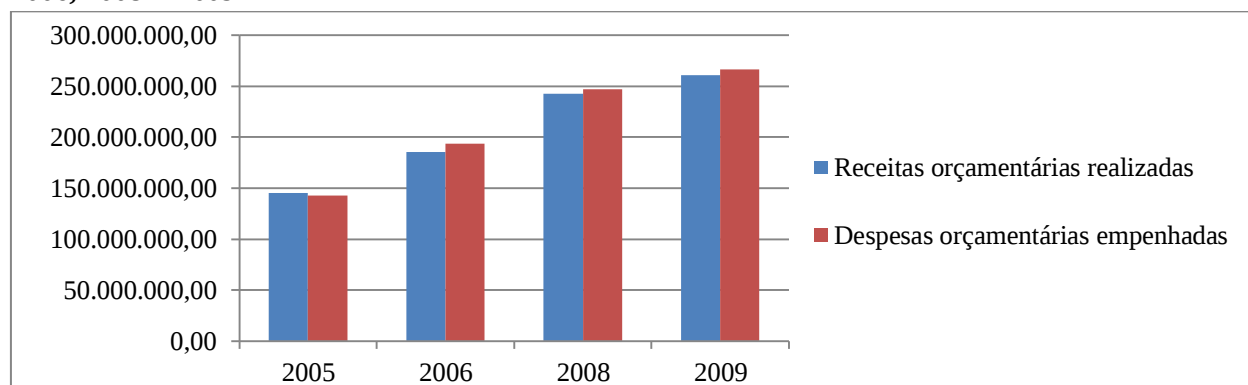
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU EM 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	145.523.174,78	185.204.657,83	242.333.790,20	260.853.325,59
Despesas orçamentárias empenhadas	142.871.434,89	193.375.634,79	246.892.876,50	266.530.492,07
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	2.651.739,89	-8.170.976,96	-4.559.086,30	-5.677.166,48

Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

Gráfico 3.3.1.2

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU EM 2005, 2006, 2008 E 2009



Fonte: autor, baseado em dados do IBGE, 2014

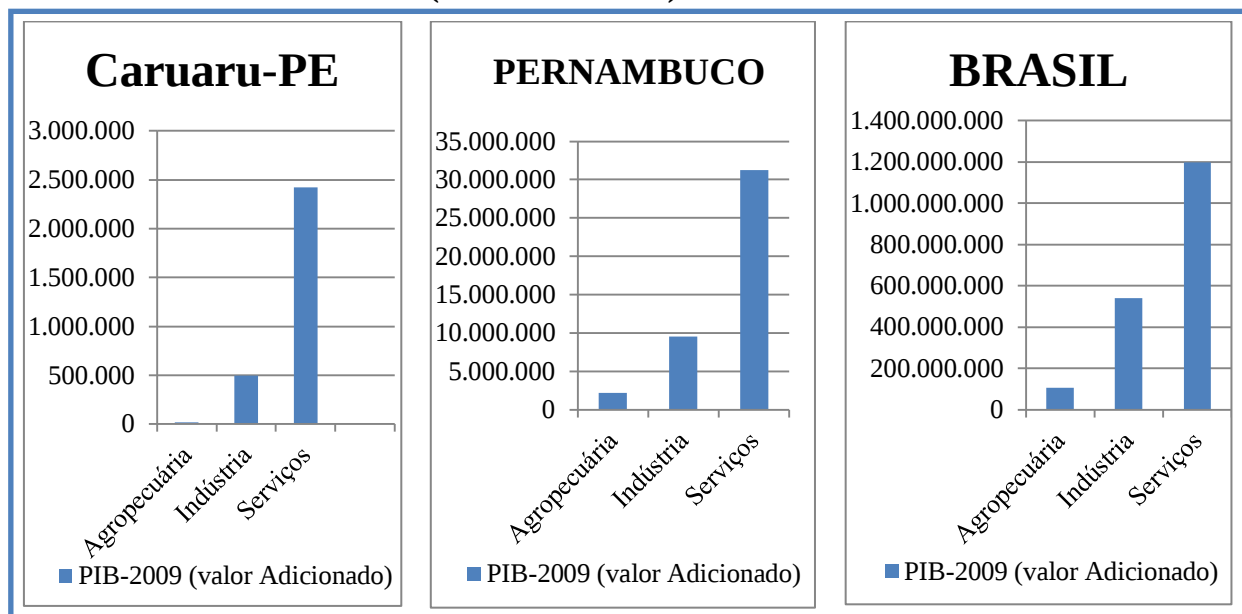
O Produto Interno Bruto (PIB) de Caruaru representa 3,26% de todo o PIB pernambucano, sendo a Região a qual Caruaru pertence representa uma participação de 7,78%

do PIB pernambucano, ou seja, Caruaru representa quase metade do PIB da Região de Desenvolvimento a qual pertence. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Analisando a tabela 3.3.1.1 e consequentemente o gráfico 3.3.1.2, observa-se que as despesas são muito próximas e até ultrapassam as receitas. Configurando por várias vezes déficits, isto vem demonstrar que as receitas nem sempre consegue atender às necessidades do município.

Gráfico 3.3.1.3

PIB – Produto Interno Bruto (valor adicionado)



Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

O gráfico 3.3.1.3 mostra as informações obtidas pelo IBGE referente o PIB 2009, comparando-o com as atividades a nível de Município, Estado e Brasil, observa-se que essa composição se repete proporcionalmente em todas as esferas. Apesar do Brasil ter riqueza natural, e o setor agrícola já ter sido o “cargo chefe” do Brasil, é notório que o Brasil passou a ser um país onde o setor de serviços está em alta, pois hoje é o setor que mais compõe o PIB em todas as esferas.

3.3.2 Cupira

Município pertencente a mesorregião do Agreste Central Pernambucano, inicialmente se chamava Tabuleiro (distrito), foi desmembrado de Panelas em 1953 e foi instalado em 1954, sua data cívica é 29 de dezembro, dista 169,6 km da capital Recife. Seu gentílico é cupirense.

A população de Cupira, segundo dados do censo 2010 é de 23.390, sua taxa de urbanização é de 88,87%. Por volta de 1881 os primeiros habitantes já teriam se instalado e se reuniam em baixo de uma árvore chamada de Baraúna, para realizar transações. Na frondosa baraúna, fizeram “morada” umas abelhas conhecidas por *cupira*. Aquele local passou a ser chamado então de Cupira, ficou conhecida a nascente povoação, pertencente ao município de Panelas àquela época.

Cupira passou a se desenvolver cada vez mais, graças à cooperação de diversas pessoas de recursos mais generosos, que muito colaboraram com a comunidade. Estradas foram abertas acelerando mais e mais o progresso de Cupira, que em breve foi transformada em povoado. Em 1896 foi realizada a primeira feira livre. Em maio de 1919 foi celebrada missa, oficializada pelo padre Francisco Luna.

A economia local fundamentada inicialmente no setor agropecuário, hoje o município possui inúmeras indústrias e um relativo comércio com setor de confecções, contando também com feira livre, que ocorre às quartas-feiras. Cupira hoje se destaca pela sua diversidade de fabricação de confecções e artigos diversos, uma tendência entre as cidades do Agreste Pernambucano.

Segundo fontes locais essa expansão no setor industrial se deu em virtude de situação política, uma vez que um determinado grupo político governava há cerca de 25 anos, acostumando uma boa parte da população a ver a prefeitura como uma empresa geradora de empregos, e com a perda das eleições no ano 2000 essa hegemonia foi rompida, fazendo com que alguns populares se desvinculassem da máquina pública administrativa, tendo que buscar formas alternativas para sobreviver. E é partir dessa ruptura que há um crescimento em investimento na produção de confecções na cidade, por parte desses populares que buscavam garantir a renda.

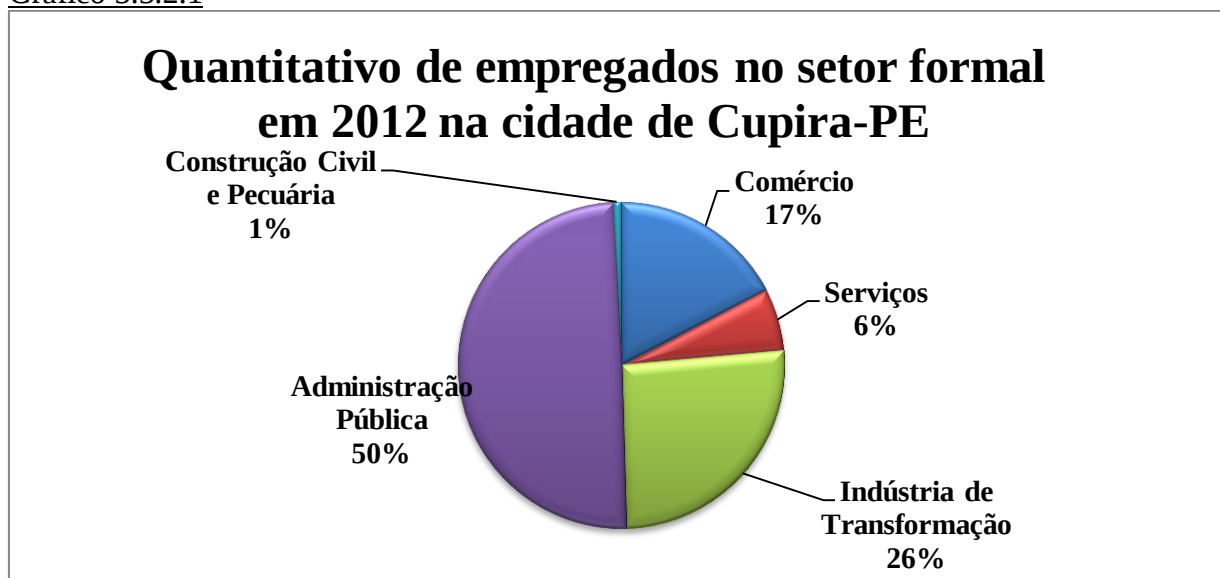
A ideia foi dando certo e hoje Cupira, por ser uma cidade pequena, não visa mais em sua maioria empregos públicos municipais. Houve uma crescente geração de renda oriunda de fontes do comércio e principalmente da indústria.

Os principais produtos fabricados são mosquiteiros e enxovais infantis. A economia aposta nas confecções, na indústria de móveis e bebidas e também no turismo, por meio do incentivo ao motociclismo com evento anual, contribuição positiva para a economia local.

O município torna-se uma cidade invadida por inúmeros fabricantes principalmente caseiros, os pequenos empreendedores atuam principalmente no mercado de confecção. A maioria da produção das confecções produzidas na cidade são comercializadas na “Feira da Sulanca” na cidade de Caruaru.

Essa guinada na economia local elevou o IDH do município de 0,344 em 1991, 0,442 em 2000 e na última apuração em 2010 o índice se elevou para 0,592. A renda domiciliar per capita passou de R\$ 199,02 em 2000 para R\$ 327,09 em 2010. Sua taxa de analfabetismo caiu de 40,13% em 2000 para 28,01% em 2010. (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Gráfico 3.3.2.1

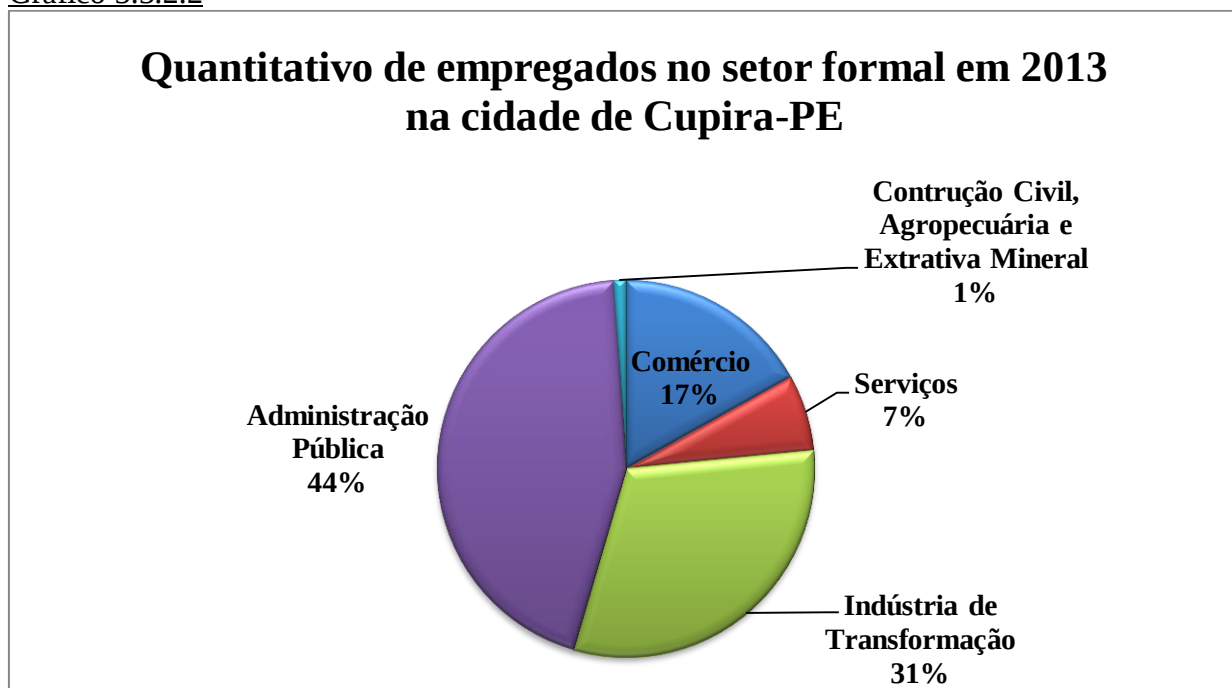


Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O setor formal emprega cerca de 1.921 pessoas registradas, sendo a sua maioria na administração pública, cerca de 954 funcionários representando 49,66%, ou seja, quase metade do total empregados formais em todo o município. O setor industrial emprega 499 pessoas representando 25,97% do total, em seguida aparece os registrados no comércio, totalizando 334 pessoas representando 17,38%, já os prestadores de serviços vem logo em seguida com 119 registros e indica 6,19%, pessoas registradas na construção civil e na agropecuária somam 15, representando menos de 1% da totalidade. (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Faz-se notório que em 2012 apesar do município ser de proporções pequena, apenas cerca 50% de todo pessoal na formalidade trabalha na administração pública, já que em outros municípios a formalidade se concentra praticamente toda em torno do setor público. Cupira se destaca justamente pelo número de elevado de indústrias instaladas, empregando muitos jovens do município e região. Isso fica mais ser nítido quando comparado com o quantitativo de empregados formais no ano de 2013, já que o pessoal empregado na administração pública se reduz praticamente na mesma proporção em que aumenta o contingente de pessoal na área da indústria de transformação.

Gráfico 3.3.2.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

Referente aos dados anteriores (2012) houve uma redução na taxa de empregados na Administração Pública e essa taxa transfere-se basicamente para o setor da Indústria de Transformação. Passando a população de Cupira a ser menos dependente dos empregos oriundos do Setor Público.

O município também é conhecido pela sua agricultura, que influencia na economia do município. Sua produção se concentra em plantação de batata-doce, mandioca e banana, na pecuária destacam-se o bovino, o caprino e o ovino.

Nas finanças públicas a receita tributada sobre a receita corrente é em torno de 3,16%, praticamente insignificante. Já a receita de transferências corrente sobre a receita corrente chega a representar cerca de 91,95%. A educação representa cerca de 43,67% das despesas e a saúde representa 22,47% das despesas municipais. O Produto Interno Bruto (PIB) de Cupira representa 0,12% de todo o PIB pernambucano. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Tabela 3.3.2.1

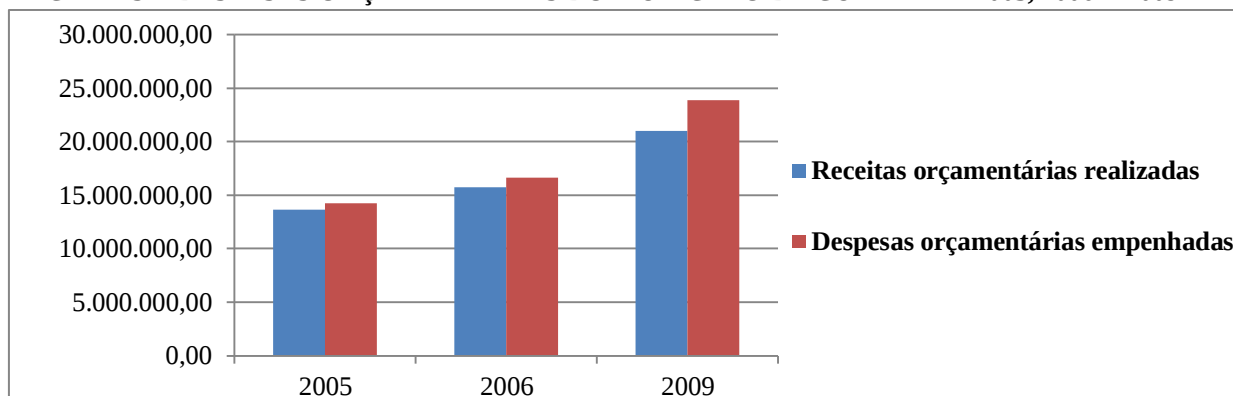
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CUPIRA EM 2005, 2006 E 2009

ANOS	2005	2006	2009
Receitas orçamentárias realizadas	13.623.130,31	15.726.366,34	21.007.290,80
Despesas orçamentárias empenhadas	14.260.342,22	16.649.298,31	23.857.791,04
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	-637.211,91	-922.931,97	-2.850.500,24

Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

Gráfico 3.3.2.3

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CUPIRA EM 2005, 2006 E 2009

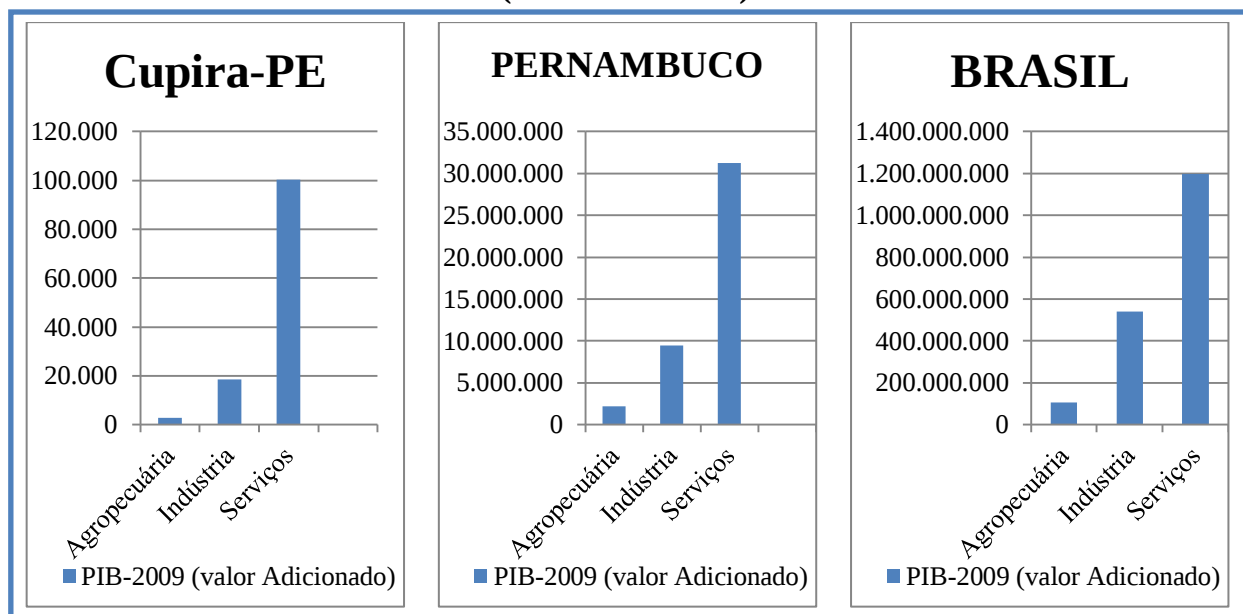


Fonte: autor, baseado em dados do IBGE, 2014

Analisando a tabela 3.3.2.1 e consequentemente o gráfico 3.3.2.3, observa-se que as despesas não ultrapassam as receitas em todas as situações, ficando claro e evidente uma crescente necessidade de recursos dos governos de outras esferas para poder atender as demandas do município.

Gráfico 3.3.2.4

PIB – Produto Interno Bruto 2009 (valor adicionado)



Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

O gráfico 3.3.2.4 mostra as informações obtidas pelo IBGE referente o PIB 2009, comparando-o com as atividades a nível de Município, Estado e Brasil, mostrando mais uma vez que o setor de serviço prevalece em todas as esferas, sendo o agropecuário de menor influência na contribuição do PIB.

3.3.3 Painéis

Município pertencente a mesorregião do Agreste Central Pernambucano, foi desmembrado do município de Quipapá em 1870 e foi instalado em 1872, sua data cívica é 18 de maio. Seu gentílico é painelense. Segundo o último censo a sua população é de 25.645, um pouco abaixo dos números do penúltimo censo realizado em 2000, que contava com uma população em torno de 25.874 habitantes havendo um decréscimo de 0,09%.

Uma das explicações para esse decréscimo populacional é consequência da migração de alguns habitantes para municípios de maior porte em busca de emprego e melhoria de vida.

A taxa de urbanização é em torno de 54,45%, devido aos 3 distritos numerosos e dezenas de localidades rurais, a cidade em si, é pequena, mas o município é extenso, configura-se um município com quase metade da população residente na zona rural.

A origem de seu nome ainda gera várias discussões já que existem duas versões que estão relacionadas as três serras que compõem a cidade que são a Serra dos Timóteos, a Serra da Bica e a Serra do Boqueirão. No entanto uma das versões diz que o conjunto dessas serras lembra um formato de painel. A outra versão seria que as três serras lembram agricultores fazendo fogo de lenha, utilizando três pedras como trempe (três pedras, dispostas em triângulo, em que se assenta a panela, ao fogo), no entanto, o formato do trempe lembra as três serras que caracterizava a paisagem da cidade.

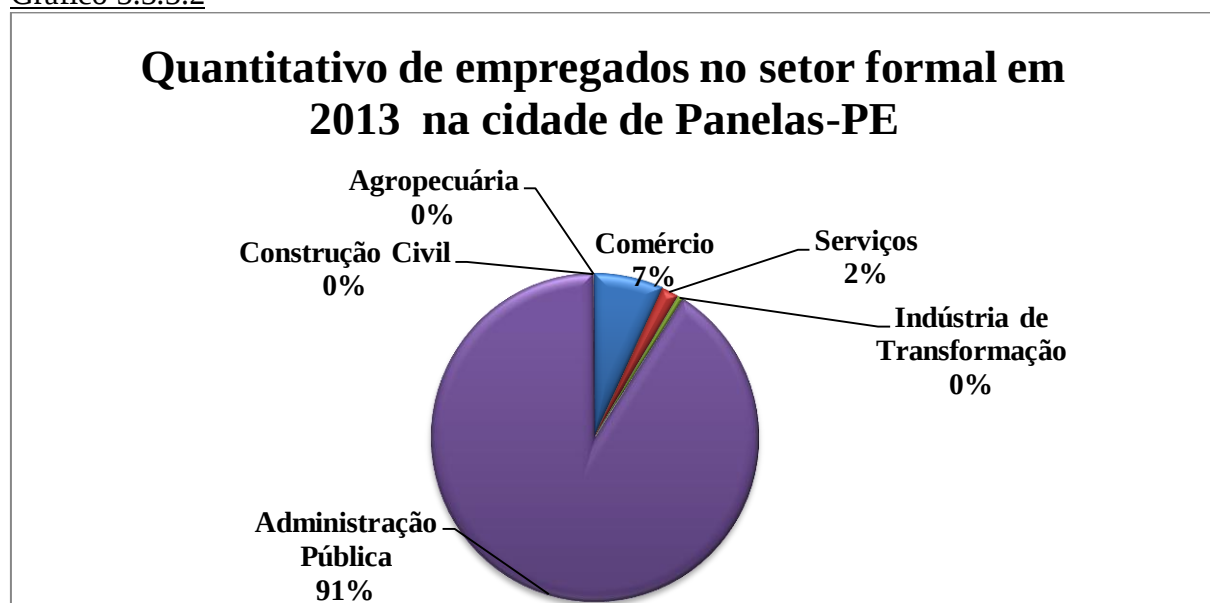
Gráfico 3.3.3.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O setor formal emprega 1.721 pessoas (2012), onde 1.582 pessoas trabalham na esfera da administração pública, representando um índice de 91,92%, ou seja, um alto índice para um município, onde a máquina administrativa é motor da econômica local. O comércio emprega formalmente o quantitativo 99 pessoas perfazendo 5,75%, o setor de serviços emprega 26 pessoas representando 1,52%, conta ainda com 10 pessoas empregadas na construção civil, 3 na indústria de transformação e apenas 1 nos serviços industriais de utilidade pública.

Gráfico 3.3.3.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

De 2012 para 2013 no município de Pannels praticamente não se houve alteração significativa referente a composição do quantitativo de empregos formais, sendo a Administração Pública que retém o maior número de pessoas empregadas.

As três principais culturas do município é a cana-de-açúcar, a mandioca e o milho. As principais atividades pecuárias são a criação de bovinos, caprinos e ovinos.

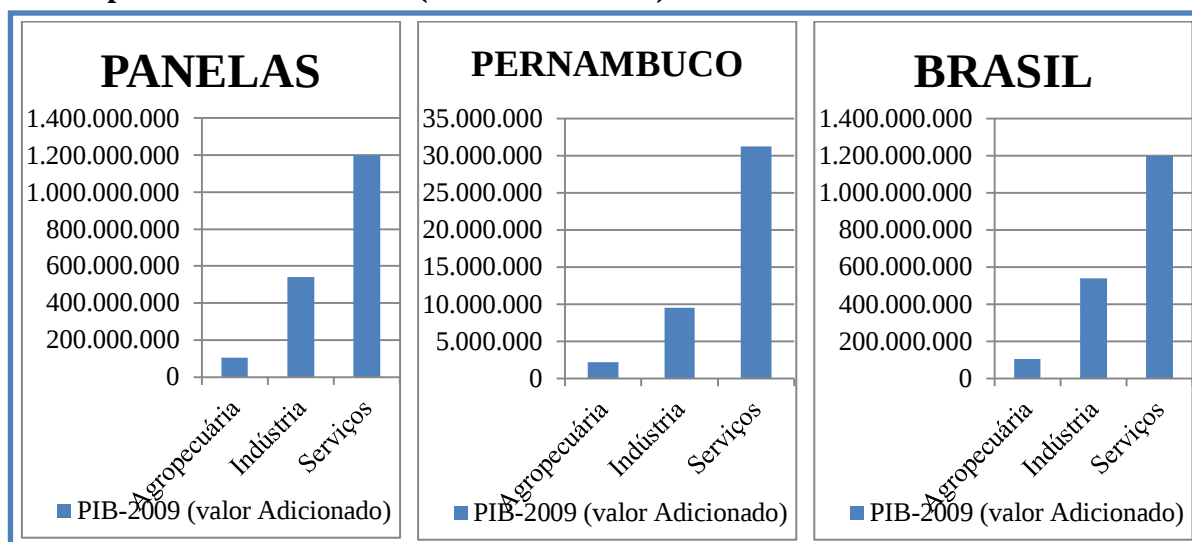
O Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2000 era de 0,402, já em 2010 o índice aumentou passando a ser de 0,569, a renda domiciliar per capita passou de R\$ 141,98 em 2000 para R\$ 230,71 em 2010. Houve uma pequena queda na taxa de analfabetismo, no ano 2000 era de 45,61% para 33,62% em 2010.

A receita tributada sobre a receita corrente, corresponde a apenas 1,21%, já a receita de transferências correntes sobre a receita corrente é de 92,37%. Quanto as despesas, se destaca o setor de educação que representa 48,34% das despesas totais, seguido do setor de

saúde que compreende a 13% do total das despesas. O Produto Interno Bruto (PIB) de Panelas representa 0,11% de todo o PIB pernambucano. (CONDEPE/FIDEM, 2014) O gráfico 3.3.3.3 mostra que o setor de serviços também é o carro-chefe da composição do PIB, seguido da indústria e por fim da agropecuária.

Gráfico 3.3.3.3

PIB – produto interno bruto (valor adicionado)



Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

Tabela 3.3.3.1

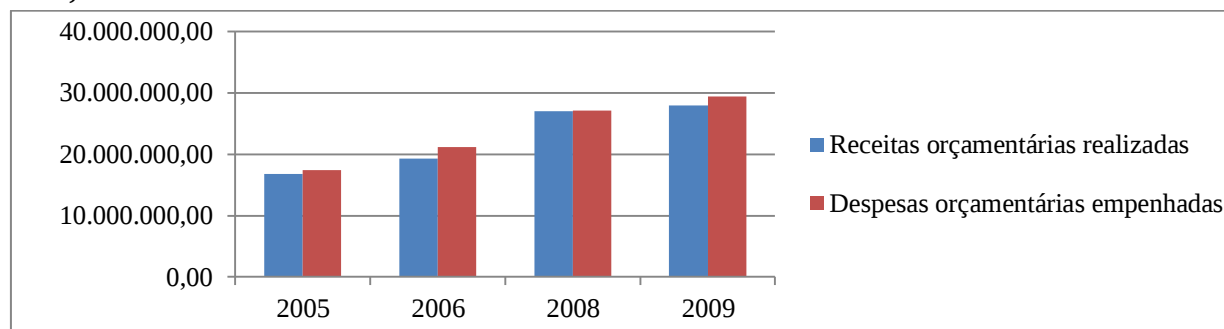
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PANELAS EM 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	16.802.296,43	19.322.114,71	27.009.872,53	27.925.329,75
Despesas orçamentárias empenhadas	17.430.020,26	21.203.325,55	27.054.501,72	29.383.213,20
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	-627.723,83	-1.881.210,84	-44.629,19	-1.457.883,45

Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

Gráfico 3.3.3.4

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PANELAS EM 2005, 2006, 2008 E 2009



Fonte: autor, baseado em dados do IBGE, 2014

Analisando a tabela 3.3.3.1 e o gráfico 3.3.3.4, observa-se mais uma vez que as receitas são insuficientes para suprir as necessidades, evidenciando a crescente necessidade de mais recursos oriundos de outras esferas.

3.3.4 Lagoa dos Gatos

Município pertencente a mesorregião do Agreste Central Pernambucano, o Distrito foi criado de 1897, depois tornou-se Vila em 1909, desmembrado do município de Panelas em 1928 e foi instalado em 1929, sua data cívica é 11 de setembro. Seu gentílico é lagoagatense. Segundo o último censo a sua população é de 15.615 (2010), quantitativo esse que é menor que o registrado no censo de 2000 que contava com uma população de 16.100 habitantes, havendo um decréscimo de 0,31%. A taxa de urbanização é de 55,34%, ou seja, quase metade da população se encontra na zona rural, devido a grande extensão territorial do município. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Seus registros históricos datam de 1760 quando colonizadores buscavam terras para fixar residência e explorar a agricultura e criação de animais para sua subsistência. Assim como a cidade de Panelas, existem algumas versões para o surgimento do nome da cidade de Lagoa dos Gatos.

Uma delas diz que a localização onde erguer-se a cidade era tomada por matagal considerava uma selva, onde em meio a tudo aquilo existia uma bela lagoa e de águas cristalinas. No entanto, relatos dizem que um caçador, se deparou com um gato maracajá (espécie de gato selvagem, da família do leopardo), relatando o ocorrido aos demais moradores da localidade, ficou então conhecido como Lagos dos Gatos.

Um dos fatos históricos mais importantes do município foi em 1832, quando serviu de abrigo para rebeldes denominados de Cabanos, devido a geografia do local, munida de terreno muito acidentados e cercado de montanhas. Os Cabanos ergueram seu quarto general na Serra do Cafundó, e lutaram na denominada “Guerra dos Cabanos”⁸ sob o comando de Francisco Barros. Construiu também um quartel provisório nas proximidades da “lagoa dos gatos”. A guerra só cessou graças a um pedido de paz feito pelo bispo João Perdigão, que, vindo

8 - A **Guerra dos Cabanos** foi uma rebelião provocada pelo descontentamento da população com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho D. Pedro II. Objetivava o retorno do Imperador que abdicou à coroa forçado por circunstâncias políticas insustentáveis, que poderiam ameaçar a monarquia e até ensejar derramamento de sangue. De um lado estavam os rebeldes cabanos (assim chamados porque durante a guerra abrigavam-se em cabanas) que lutavam pelo retorno de D. Pedro I. Do outro lado, as forças do governo (tutores de D. Pedro II que governavam o Brasil até que este alcançasse a maioridade), que defendiam a Regência Imperial. Teve como foco central a povoação de Panelas, estendendo-se até a localidade de Jacuípe, nas Alagoas. Começou em 1832, perdurando até 1836. (<http://www.panelaspernambuco.com>)

diretamente para LAGOAS DOS GATOS, negociou a paz entre rebeldes e legalistas, com a condição dos rebeldes serem anistiados.

O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,551 registrado pelo censo 2010, bem superior aos 0,391 registrados em 2000. A renda per capita que era de R\$ 146,20 em 2000, passou a ser de 247,31 em 2010. A taxa de analfabetismo em 2000 era de 48,02% em 2000 reduziu-se para 34,96% em 2010. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Gráfico 3.3.4.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

Gráfico 3.3.4.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

Em 2012 o total de empregados no setor formal é de 317 funcionários, tendo como maior participação os empregados da administração pública com 226 funcionários, correspondente a 71,29% do total, logo em seguida 54 trabalhadores 17,03% trabalham no comércio 4,41% trabalham na atividade de serviços, 4,10% empregados na agricultura e por fim 3,15% empregados na indústria de transformação. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Analisando as informações de 2012 para 2013 houve uma pequena alteração referente a composição do quantitativo de empregos formais, sendo a Administração Pública retendo ainda mais o número de pessoas empregadas.

Na agricultura os principais produtos são a cana-de-açúcar, mandioca e banana. Na pecuária as principais criações são bovino, caprino e ovino.

A receita tributária sobre a receita corrente é de 2,9%, e as receitas de transferências correntes sobre a receita corrente é de 95,73%. As principais despesas municipais é a educação com 42,99%, e saúde dispendendo 20,31%. O Produto Interno Bruto (PIB) de Lagoa dos Gatos compõem 0,07% do PIB pernambucano. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

Analisando a tabela 3.3.4.1 e o gráfico 3.3.4.3, pode-se perceber que no município de Lagoa dos Gatos há um certo equilíbrio entre as receitas e as despesas, pois nem sempre o município fecha em déficit.

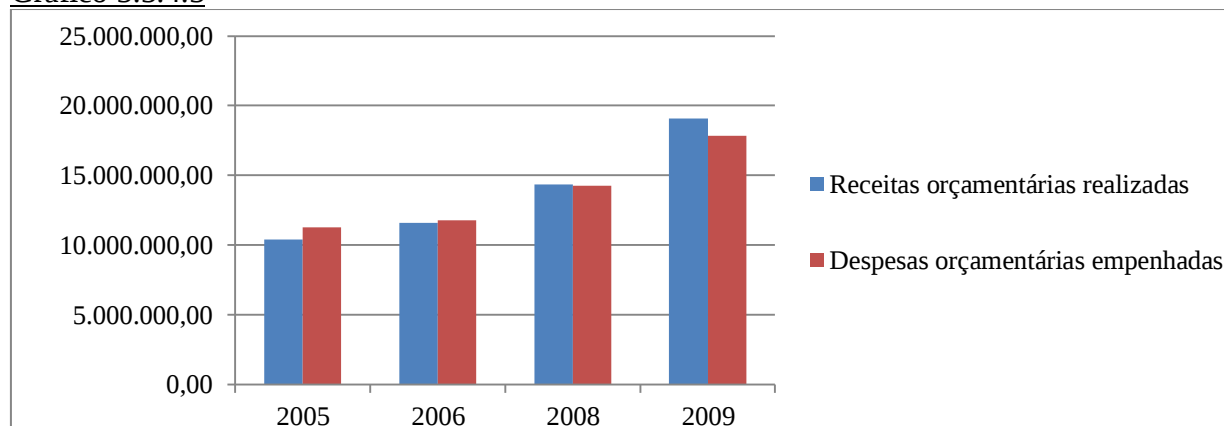
Tabela 3.3.4.1

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS GATOS EM 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	10.408.099,25	11.611.478,33	14.358.523,06	19.071.121,33
Despesas orçamentárias empenhadas	11.274.755,92	11.783.330,52	14.254.395,29	17.824.483,96
Despesas orçamentárias realizadas - Superávit ou Déficit	-866.656,67	-171.852,19	104.127,77	1.246.637,37

Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

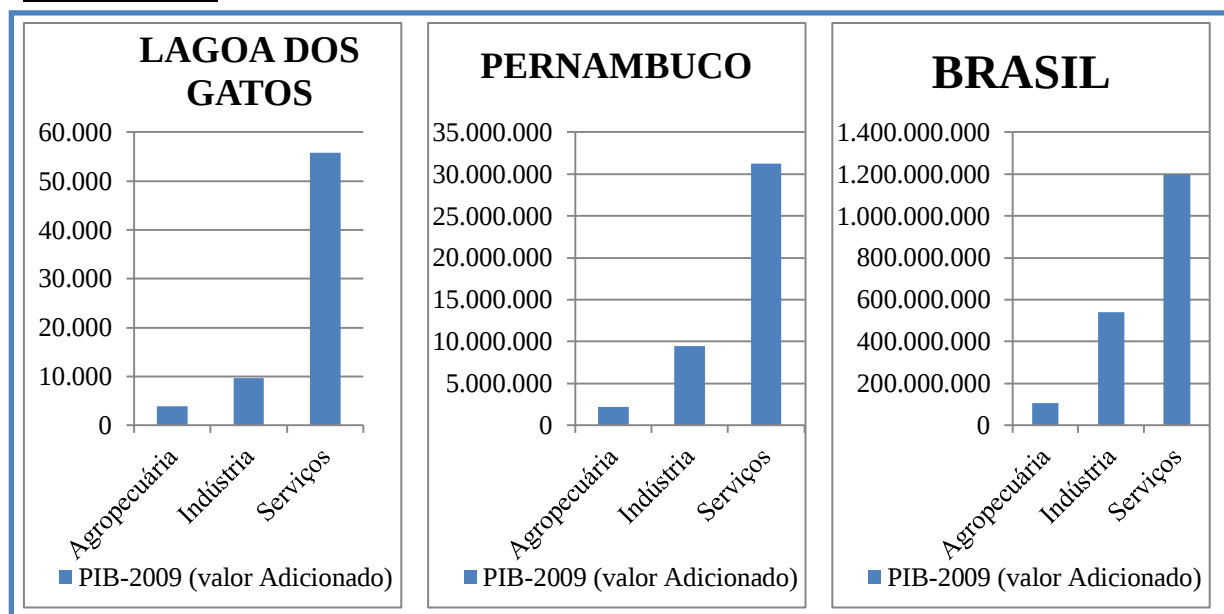
Gráfico 3.3.4.3



Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

O gráfico 3.3.4.4 mostra que tanto o setor agropecuária como o setor industrial são pouco influentes na composição do PIB, por esta ser um município onde a indústria não se desenvolveu o suficiente para agregar mais valores ao PIB, o setor de serviços está em alta devido aos inúmeros empregos fornecidos pela administração pública municipal, sendo na maioria das vezes o único foco de empregabilidade.

Gráfico 3.3.4.4



Fonte: IBGE, 2009 (adaptado)

3.3.5 Agrestina

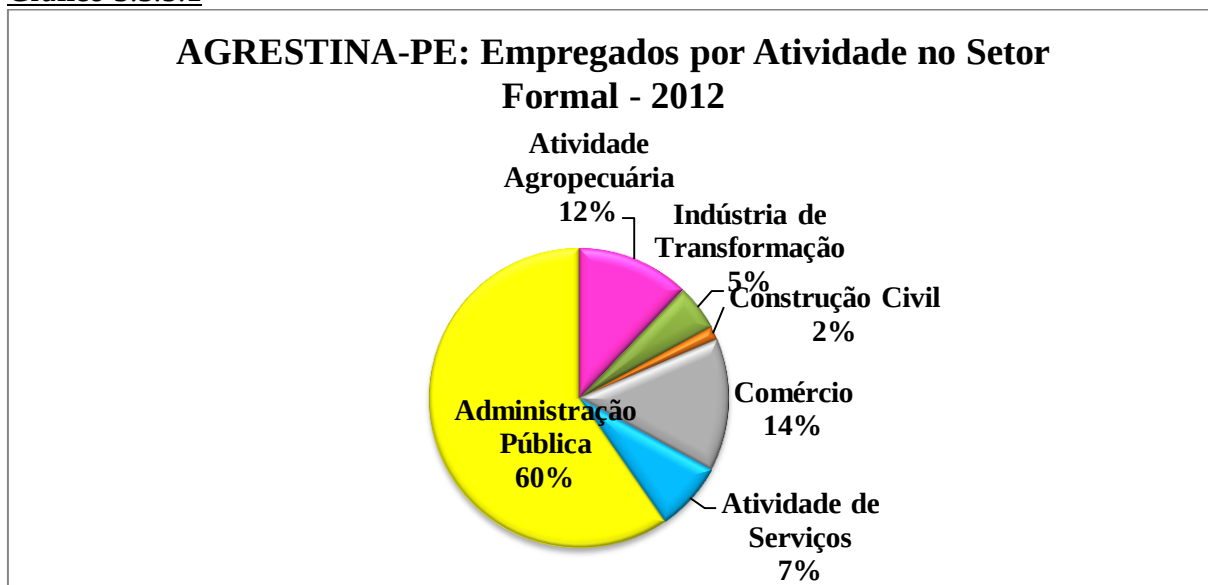
Município pertencente a mesorregião do Agreste Central Pernambucano, foi desmembrado do município de Altinho em 1928 e foi instalado em 1929, sua data cívica é 11 de setembro. Seu gentílico é agrestinense. Segundo o último censo a sua população é de 22.679, a taxa de urbanização é de 74,77%. O índice de Desenvolvimento Humano do município passou de 0,436 em 2000 para 0,592 em 2010.

A povoação de Agrestina surge em meados do século XIX, com o nome de Bebedouro, assim como é característico de outros municípios, a construção de uma capela e posteriormente comercializações de trocas e vendas de mercadorias era realizada semanalmente, baseando-se numa comercialização agrícola e pecuária.

O primeiro nome de “Bebedouro” se deu devido a existência à fonte abundante de água existente na localidade que saciava a sede de sertanejos e animais afugentados da seca, os quais migraram para a região a fim de conseguir no mínimo um vida de subsistência. Somente no ano de 1943 o nome do município passou a ser Agrestina.

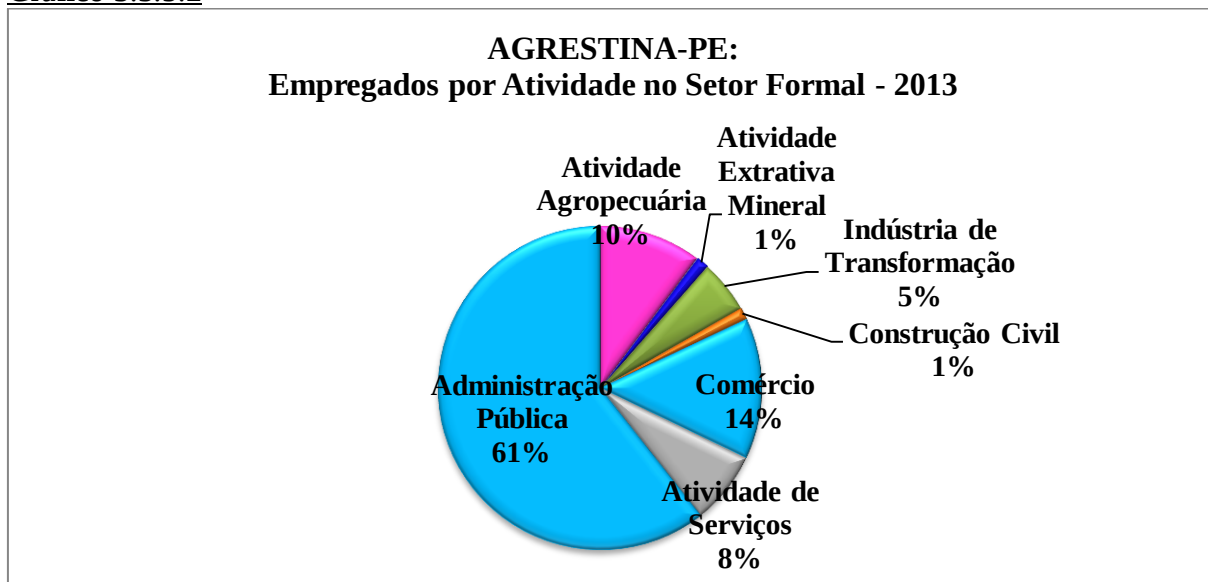
Quanto a economia do municípios a rende per capita em 2000 era de R\$ 213,99 passando para 279,24 em 2010. A taxa de analfabetismo da cidade era de 40,08% no ano de 2000, baixando para 29,37% em 2010.

Gráfico 3.3.5.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

Gráfico 3.3.5.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

O quantitativo de trabalhadores inseridos na formalidade em 2012, foram 1.419, sendo 846 participando da administração pública, representando 59,61% do total, em seguida vem 203 pessoas que estão empregadas no comércio que representam cerca de 14,30% do total. Os empregados no setor agropecuário é de 172 significando 12,12% dos empregados que estão

na formalidade, seguidos do setor de serviços que são 106 representando 7,47% e mais 71 na indústria de transformação com 5% e por fim 21 na construção civil representando 1,47%.

A representação agropecuária chega de certa forma a ser significativa para a região, os três principais produtos comercializados são mandioca, banana e tomate. A pecuária se destaca pela criação de bovino, caprino e ovino.

No município de Agrestina do ano de 2012 para 2013 praticamente não houve alteração na composição percentual do quantitativo de empregos formais, sendo o Setor Público ainda o que mais emprega.

Nas finanças públicas a receita tributada sobre a receita corrente é torno de 92,49%. Quanto as despesas a educação dispende cerca de 42,41% e a saúde 20,22%. O Produto Interno Bruto (PIB) de Agrestina representa cerca de 0,13% de todo o PIB pernambucano. (CONDEPE/FIDEM, 2014)

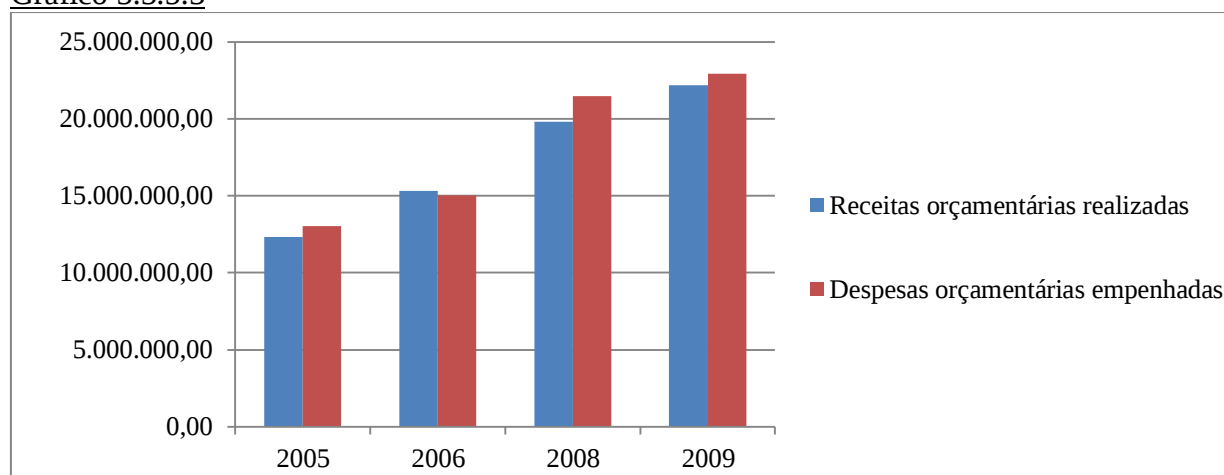
Tabela 3.3.5.1

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA EM 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	12.335.420,79	15.312.172,45	19.823.128,03	22.196.192,95
Despesas orçamentárias empenhadas	13.015.594,67	15.026.718,21	21.462.987,39	22.917.423,79
Despesas orçamentárias realizadas - Superávit ou Déficit	-680.173,88	285.454,24	-1.639.859,36	-721.230,84

Fonte: IBGE (adaptado)

Gráfico 3.3.5.3

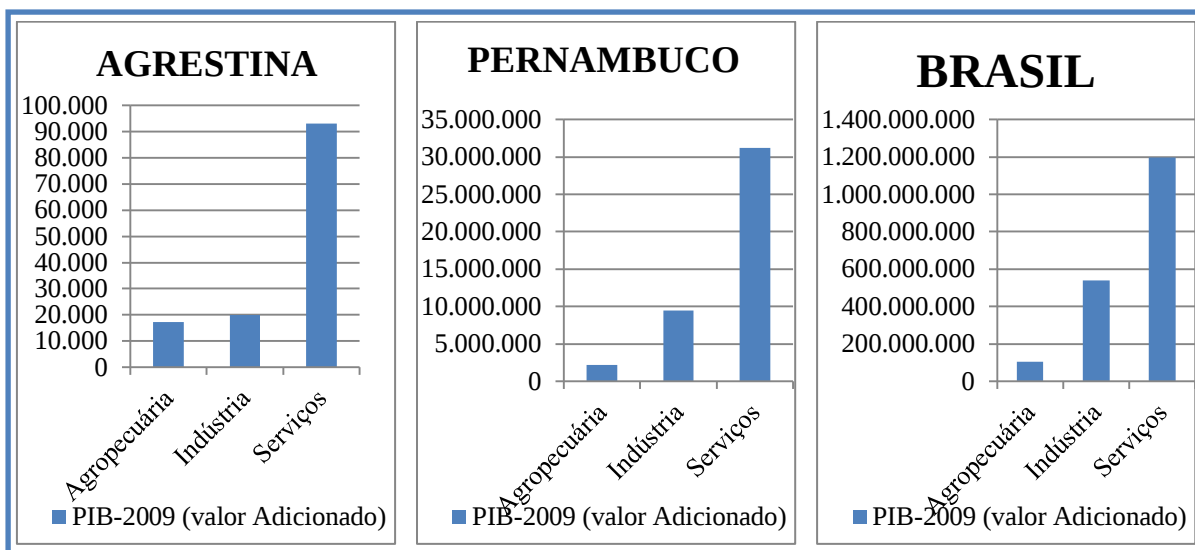


Fonte: IBGE (adaptado)

Analisando a tabela 3.3.5.1 e o gráfico 3.3.5.3, pode-se perceber que o município nos últimos anos vem apresenta déficit frente a seu balanço, necessitando cada vez mais de recursos para suprir suas despesas, significando assim de mais repasses por parte das esferas estadual e federal.

Gráfico 3.3.5.4

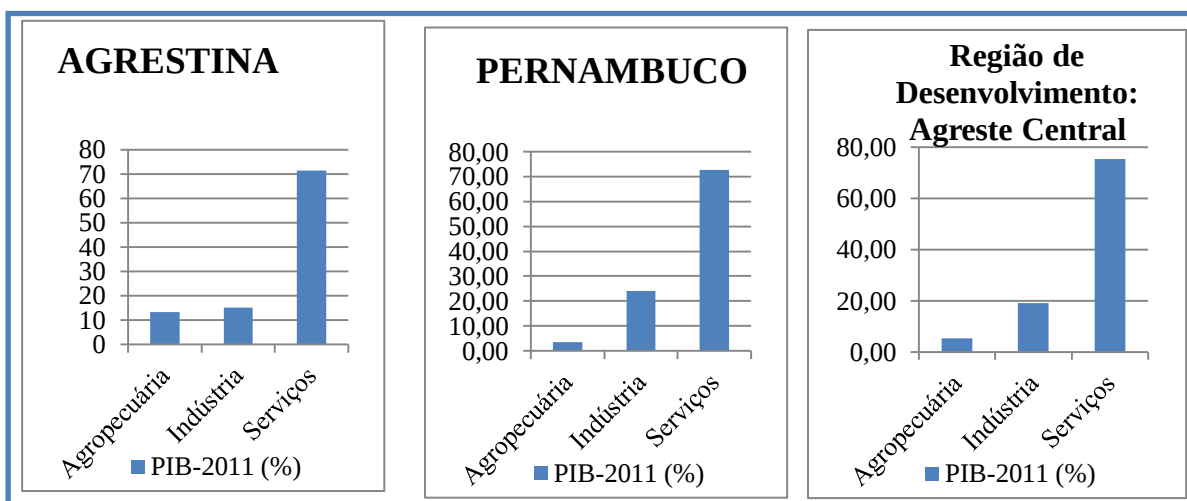
PIB – produto interno bruto (valor adicionado) 2009 no âmbito Municipal, Estadual e Federal



Fonte: IBGE, 2009 (adaptado)

Gráfico 3.3.5.5

PIB – Produto Interno Bruto (valor adicionado) 2011 no âmbito Municipal, Regional e Estadual



Fonte: IBGE, 2014 (adaptado)

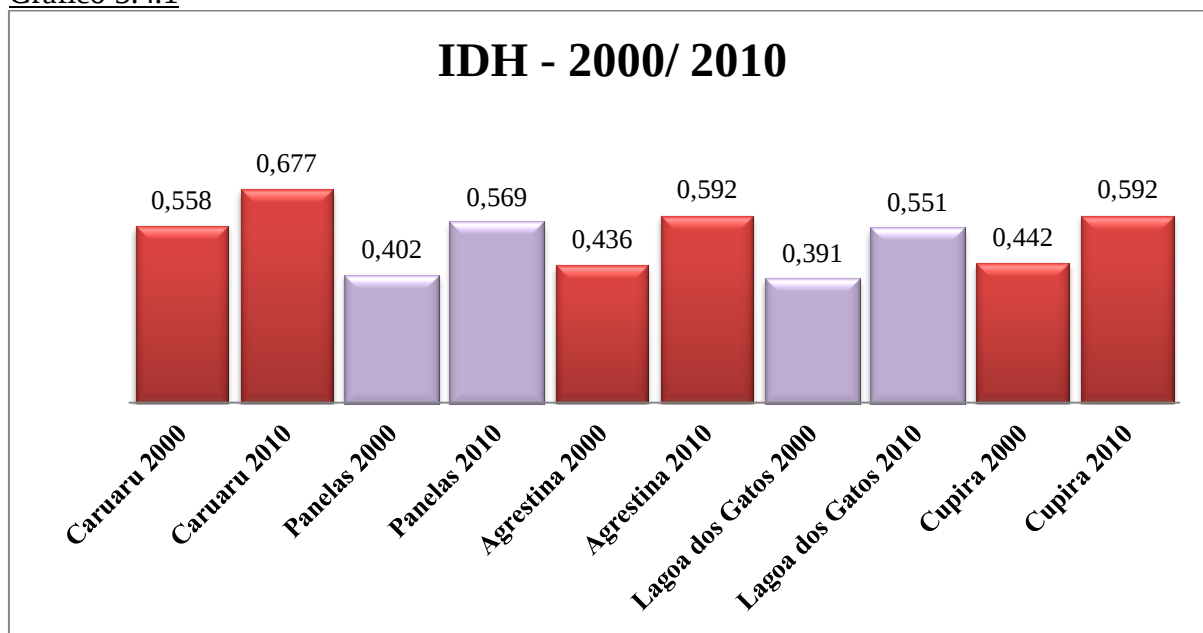
Diferentemente das situações observadas nas cidades de Caruaru, Cupira, Panelas e Lagoa dos Gatos o gráfico 3.3.5.4 mostra as informações obtidas pelo IBGE referente o PIB 2009 comparando-o com as atividades a nível de Município, Estado e Brasil e o gráfico 3.3.5.5 mostra o PIB 2011, comparando-o com as atividades a nível de Município, Regional e Estadual (Pernambuco), observa-se que em Agrestina, há uma considerável influencia do setor agropecuário no valor adicionado do PIB, ficando praticamente nos mesmos patamares

da influência da indústria, o que a difere dos municípios vistos anteriormente, mas ainda assim, é o setor de serviços que mais influencia na composição do PIB.

3.4 ANÁLISE DE DADOS DOS CINCO MUNICÍPIOS APRESENTADOS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sabendo-se que ele é uma medida importante e comparativa, usada para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Analisando o gráfico 3.4.1, referente Obtendo-se informações acerca dos índices dos municípios apresentados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000 e 2010, percebemos que Caruaru apresenta o melhor índice, visto que é uma cidade de maior desenvolvimento.

Gráfico 3.4.1



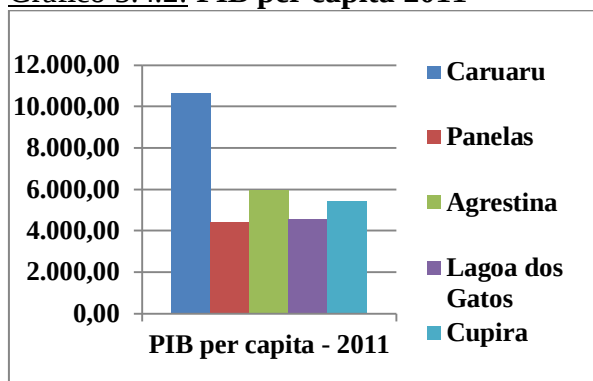
Fonte: Autor a partir de dados do CONDEPE/FIDEM, 2014

Se faz notório também que o município de Cupira apesar de ser o mais jovem do grupo, o IDH, está muito mais elevado do que o do município de Pannels e Lagoa dos Gatos, conseqüentemente quando se analisa o PIB per capita, as mesmas análises se aplicam, já que o PIB é um dos indicadores para a formação do valor do IDH.

Analisando os municípios em ordem de decrescente de números de habitantes o melhor IDH e o maior PIB per capita para o município de Caruaru, já o segundo lugar nestes índices está para a cidade de Agrestina que é a terceira cidade mais antiga, deste grupo.

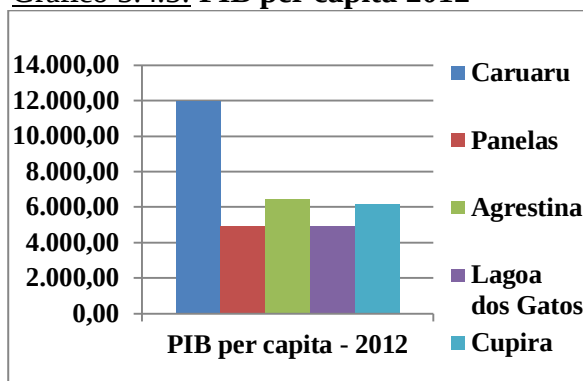
O terceiro lugar com índices não tão longe dos valores apresentados pelo município de Agrestina, vem a cidade de Cupira, sendo esta portanto, o município mais jovem deste bloco.

Gráfico 3.4.2: PIB per capita 2011



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

Gráfico 3.4.3: PIB per capita 2012

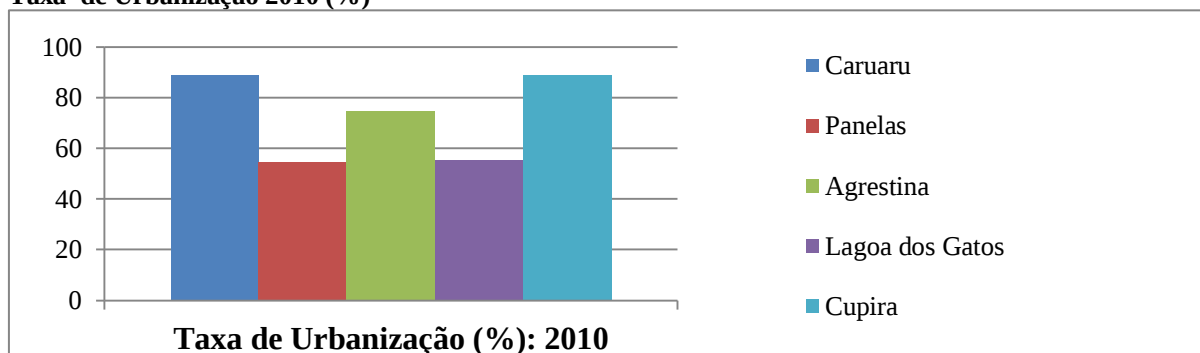


Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

Em quarto lugar apresenta-se o município de Pannels, sendo ela a segunda cidade mais antiga, por fim, aparece em último lugar dos índices ora apresentados a cidade de Lagoa dos Gatos, com os piores índices do bloco, sendo esta uma cidade que já foi distrito de Bonito, depois de Caruaru e por fim chegou a pertencer ao município de Pannels, no entanto a existência de Lagoa dos Gatos é antiga, como vila e distrito, já a emancipação se deu em 1928.

Gráfico 3.4.4

Taxa de Urbanização 2010 (%)

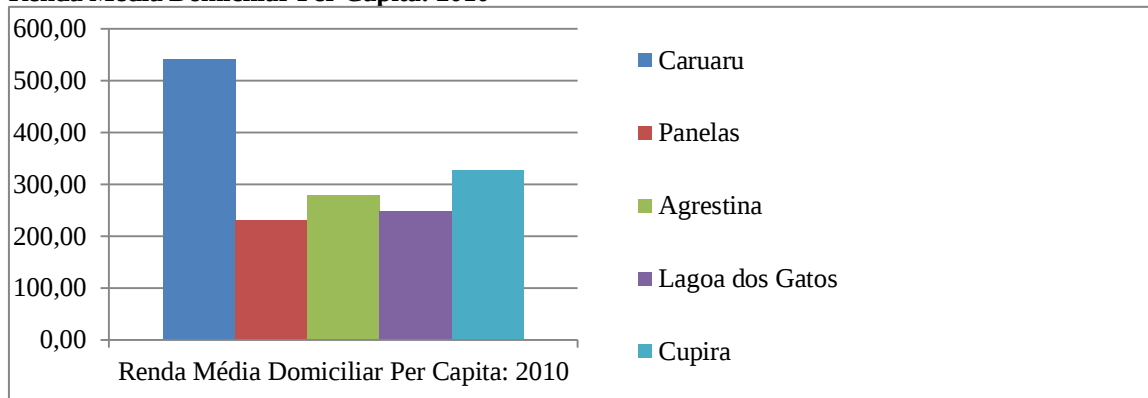


Fonte: Autor, baseado nos dados CONDEPE/FIDEM 2014

O município de Cupira por ser um município muito pequeno em extensão territorial, faz com que a população se concentre mais na cidade (sede), o que pode ser analisado na taxa de urbanização. Já os municípios de Pannels e Lagoa dos Gatos praticamente a metade da população se concentra na zona rural, sendo, portanto um dos motivos do município não ter crescimento econômico satisfatório.

Gráfico 3.4.5

Renda Média Domiciliar Per Capita: 2010

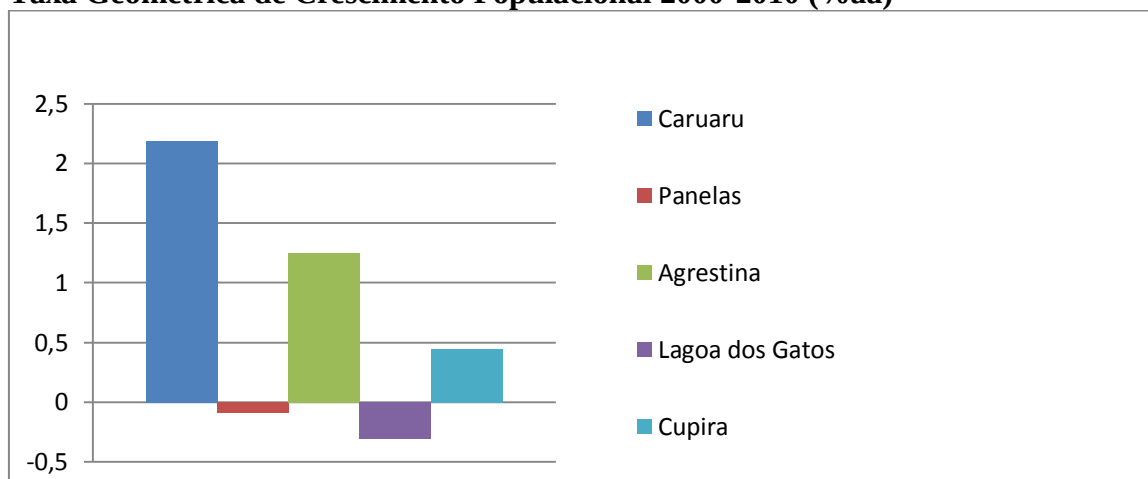


Fonte: Autor, baseado nos dados CONDEPE/FIDEM 2014

Quanto a Renda Média Domiciliar per capita, gráfico 3.4.5, observa-se que os municípios de Caruaru e Cupira, apresentam os melhores índices. Porém, quando comparados com os gráficos apresentados anteriormente referente os empregados por atividades no setor formal (2013), de todos os municípios envolvidos, são estes dois municípios que menos dependem do setor público. Em Caruaru o maior contingente de pessoas empregadas se concentram no setor de serviços, do comércio e da indústria de transformação. Já em Cupira há um elevado índice nos setores de comércio e da industrial de transformação, ficando o Setor Público (2013) abaixo dos 50% das pessoas ocupadas no setor formal.

Gráfico 3.4.6

Taxa Geométrica de Crescimento Populacional 2000-2010 (%aa)



Fonte: Autor, baseado nos dados CONDEPE/FIDEM 2014

Analisando a taxa geométrica de crescimento populacional entre 2000 e 2010, Caruaru obtém a taxa de maior crescimento populacional, já que atrai pessoas por causa do seu forte comércio, proporcionando esperança de melhoria nas condições de vida, já que oferta muitos

empregos nos mais diversos setores, atrelado a isso atrai também estudando das mais diversas localidades, já que o município oferta diversos cursos nas mais diversas faculdade e universidades.

O município de Agrestina por ter uma localização privilegiada às margens da BR 104, muito próximo a cidade de Caruaru, também tem atraído muito gente, em busca de condições melhores de vida e praticidade na hora de locomoção.

Cupira tem se destacado no setor de comércio e indústria e tem sido referência para a região que abrangem os municípios de Lagoa dos Gatos e Panelas. No entanto, atrai pessoas dessas localidades por causa das oportunidades de emprego ofertadas. O decrescimento geométrico populacional desses dois municípios (observado no gráfico 3.4.6) se dá praticamente na mesma proporção em que há o crescimento populacional no município de Cupira. É fácil localizar em Cupira moradores que foram oriundos dos municípios de Panelas ou Lagoa dos Gatos.

4. GRAU DE DEPENDÊNCIA: RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS TRANSFERIDAS

A arrecadação própria dos municípios está baseada nas atividades econômicas e nos patrimônios imobiliários de cada município, através de seus principais impostos arrecadatários como o IPTU, o ITBI e o ISS, no entanto, proporciona fonte de recursos para o próprio município. No entanto, nem sempre esses recursos arrecadados suprem as necessidades dos municípios e é aí que tem que haver a interferência governamental com o repasse de recursos a fim de garantir o pleno funcionamento municipal.

A intervenção do governo na economia se dá através de ajustamentos na alocação de recursos (suprir o mercado de bens públicos puros, bens sociais e bens econômicos), na distribuição de renda, de riqueza e na estabilização econômica (MUSGRAVE, 1976).

Nos gráficos anteriores 2.2.1.1 e 2.2.1.2 das páginas 27 e 28, respectivamente, RIANE (2009) mostra a relação da dependência dos municípios referente aos repasses intergovernamentais e do FPM, e que essa relação está ligada a quantidade de habitantes, os quais são estimados anualmente pelo IBGE. Ficando notório que as municipalidades maiores, são muito menos dependentes dessa transferência de recursos frente as municipalidades pequenas (1998 até 2006).

Nos municípios de maior população há uma arrecadação maior devido a importância dada a mesma, gerando recursos para o município. Já nos municípios menores há de certa forma um descaso pela arrecadação própria na maioria das vezes procurando aliados políticos, ou seja, a arrecadação deixa de ser feita em troca do voto. A Reforma Tributária de 1965-67 deu autonomia aos municípios quanto a flexibilidade nos valores a serem tributados, devendo o limite da tributação ser determinado pela capacidade contributiva dos seus munícipes e na própria justiça fiscal.

Segundo RIANI (2009), as Receitas Correntes são basicamente as decorrentes das cobranças de tributos, sendo as receitas próprias e receitas de transferência intergovernamental, podendo ainda serem divididas em Receitas de Serviços, Industrial, Patrimonial, Agropecuária Tributária e Transferidas. Já as Receitas de Capital provêm de Operações de Crédito, ou seja, os empréstimos que governo toma, incluindo ainda as alienações de ativos (vendas) e as transferências de capital oriundas de outras esferas governamentais.

Os indicadores gerenciais que relacionam as transferências intergovenamentais com a geração de receita própria mede a capacidade de gerar receitas de origem tributária e de

contribuição econômica para cada Real de transferências intergovernamentais. Portanto, quanto maior o indicador, maior é a dependência das transferências de outros órgãos.

Transferências Intergovernamentais 1,0 x Geração de Receita Própria (?)

É calculado pela fórmula:

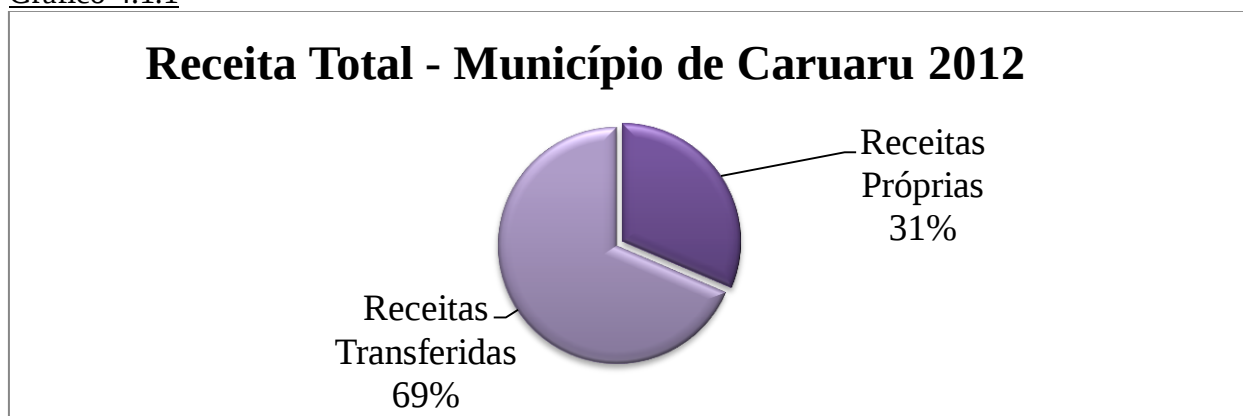
$$\frac{\text{Receita Tributária} + \text{COSIP}^9 + \text{Dívida Ativa dos Tributos} + \text{Multas e Juros de Mora dos Tributos} + \text{MJM}^{10} \text{ da Dívida Ativa dos Tributos}}{\text{Receita Transf. Intergovernamentais Corrente} - \text{Deduções para a formação do FUNDEB}^{11}}$$

4.1 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Caruaru

Caruaru é um município que possui uma estimativa de 342.328 habitantes, segundo dados do IBGE, através do site do CONDEPE/FIDEM, 2015.

Observa-se no gráfico 2.2.1.2. da página 27, que refere-se ao valor relativo das receitas próprias e de transferência, que município após 300.000 habitantes, geram uma receita própria entre 30% a 40%, e podemos perceber nos gráficos 4.1.1 e 4.1.2 que em 2012 e 2013 esta média já vista no ano de 2005 se aplica no município de Caruaru.

Gráfico 4.1.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2012 para o município de Caruaru foi de R\$ 481.986.000 sendo, portanto 28,54% desse total destinado a educação e 26,7% destinado a

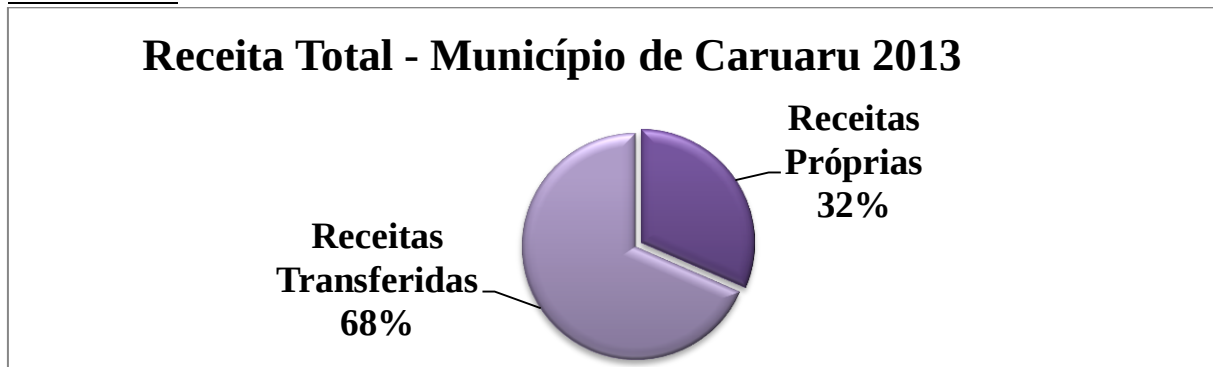
9 – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública

10 – Multas e Juros de Mora

11 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 466.032.000 gerando um superávit em 2012.

Gráfico 4.1.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

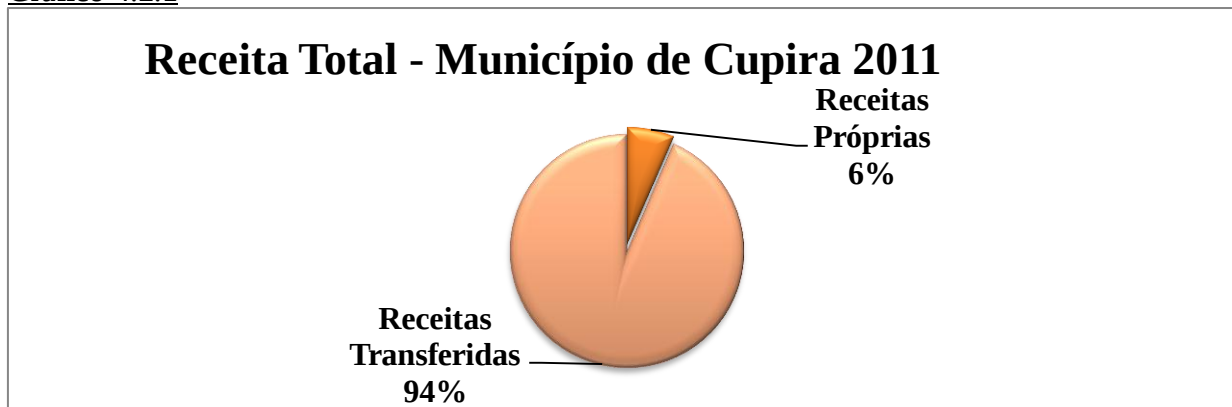
Em 2013 o total da receita corrente foi de R\$ 433.201.000 sendo portanto 26,80% desse total destinado a educação e 21,34% destinado a área da saúde. A despesa total em 2013 foi de R\$ 518.628.000, fechando o ano com déficit.

A relação de dependência praticamente não se altera.

4.2 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Cupira

Cupira é um município que possui, segundo o último censo demográfico do IBGE de 2010 uma população de 23.390 habitantes. mas suas receitas próprias não são suficiente para garantir a manutenção do município. É um município pequeno e sua dependência de receitas transferidas é muito alta.

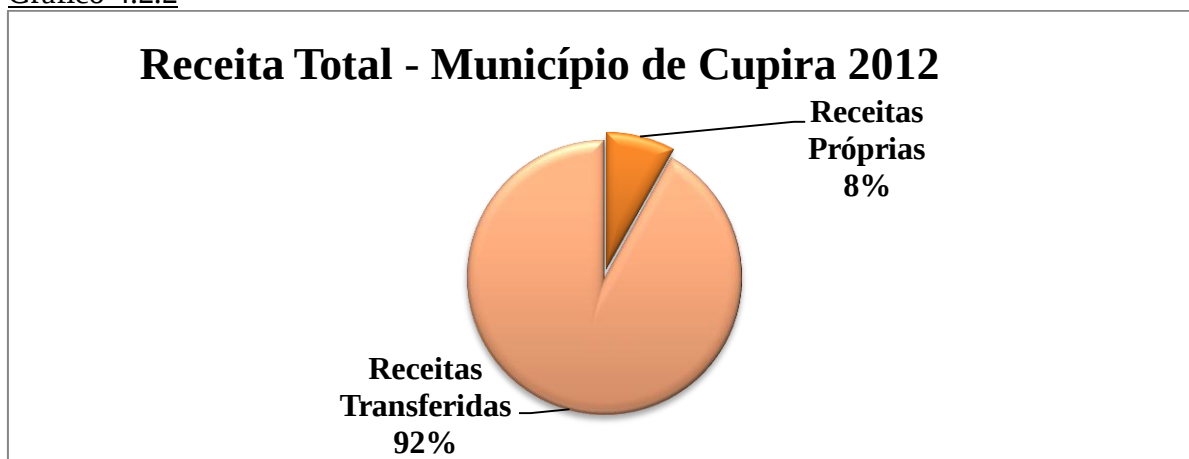
Gráfico 4.2.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2011 para o município de Cupira foi de R\$ 31.149.000 sendo portanto 40,63% desse total destinado a educação e 21,77% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 33.400.000 gerando um déficit muito grande em 2012.

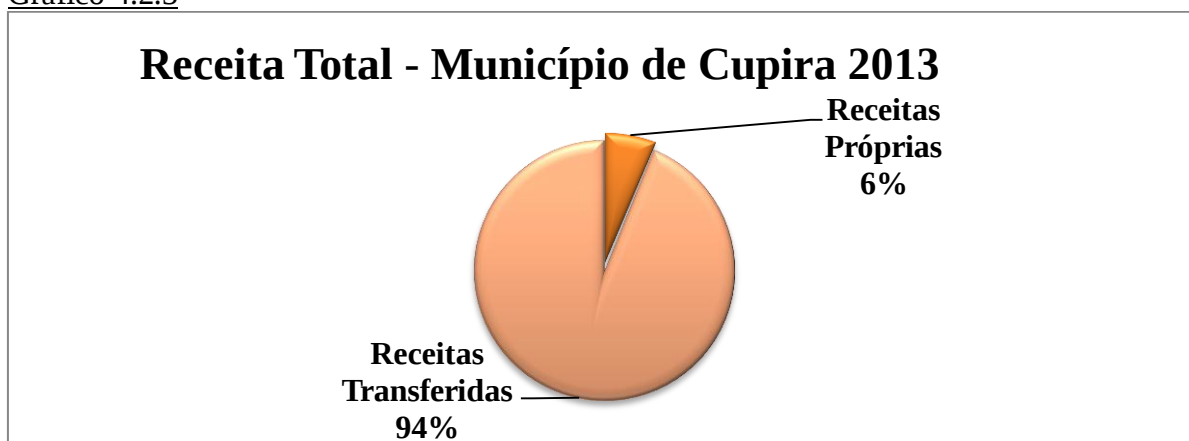
Gráfico 4.2.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2012 para o município de Cupira foi de R\$ 33.196.000 sendo portanto 43,67% desse total destinado a educação e 22,47% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 39.675.000 gerando um déficit muito grande em 2012.

Gráfico 4.2.3



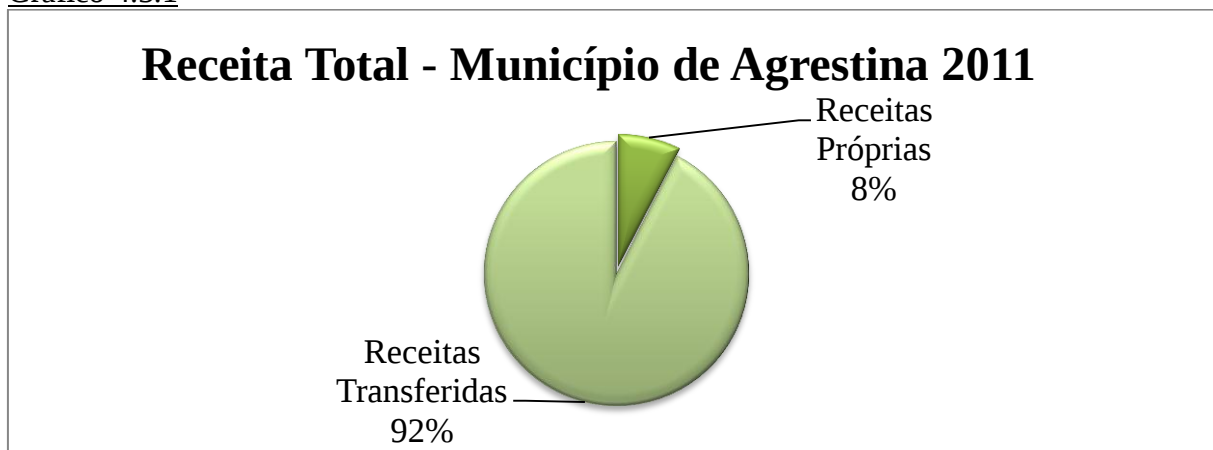
Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

Sobre o grau de dependência, não houve mudanças significativas em relação aos seus percentuais. O total da receita corrente em 2013 para o município de Cupira foi de R\$ 35.103.000 sendo, portanto 38,19% desse total destinado a educação e 25,26% destinado a

área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 42.776.000 gerando um déficit muito grande em 2013.

4.3 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Agrestina

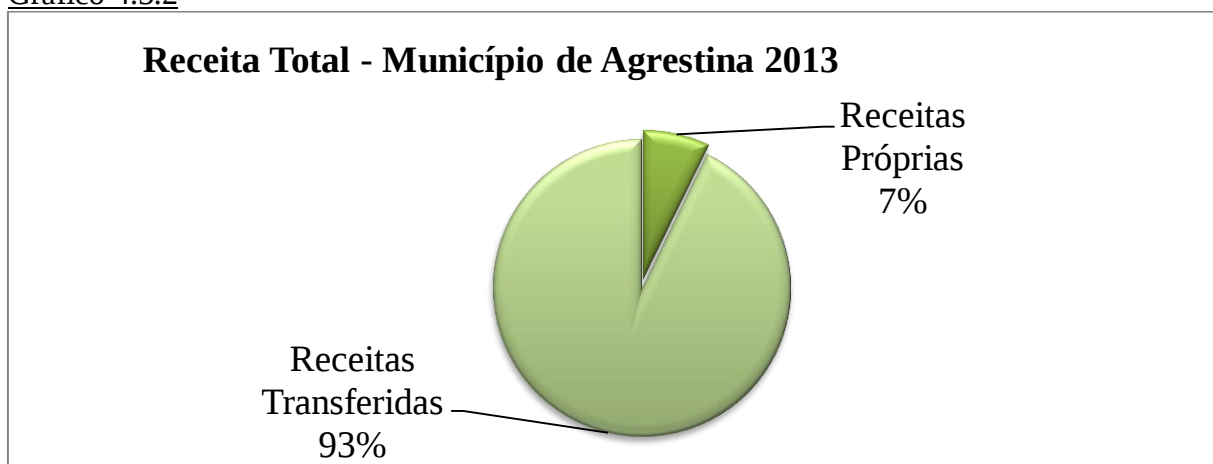
Gráfico 4.3.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2011 para o município de Agrestina foi de R\$ 33.605.000 sendo portanto 42,41% desse total destinado a educação e 20,22% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 34.324.000 gerando déficit em 2011.

Gráfico 4.3.2



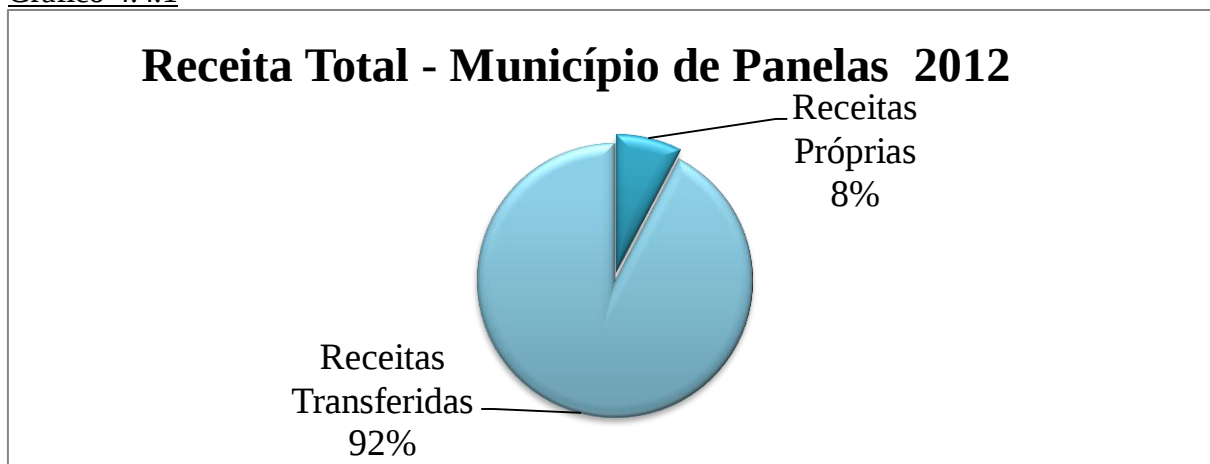
Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

O total da receita corrente em 2013 para o município de Agrestina foi de R\$ 37.541.000 sendo portanto 35,97% desse total destinado a educação e 21,82% destinado a

área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 42.905.000 gerando um déficit muito grande em 2013.

4.4 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Panelas

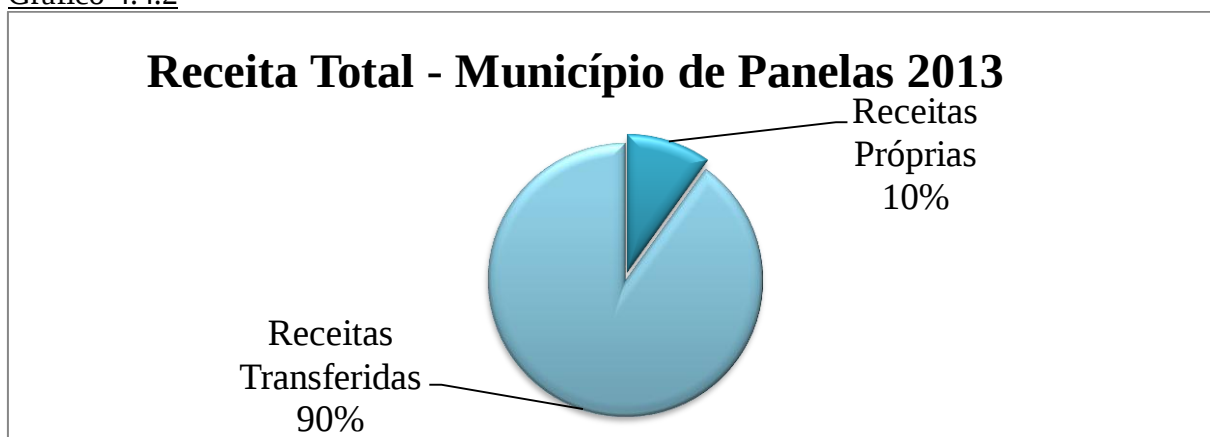
Gráfico 4.4.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2012 para o município de Panelas foi de R\$ 46.837.000 sendo portanto 48,34% desse total destinado a educação e apenas 13% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 51.688.000 gerando déficit em 2012.

Gráfico 4.4.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

O total da receita corrente em 2013 para o município de Panelas foi de R\$ 55.454.000 sendo portanto 47,72% desse total destinado a educação e 15,90% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 49.628.000 gerando um superávit no ano de 2013.

4.5 Grau de Dependência de Receitas Intergovernamentais: Lagoa dos Gatos

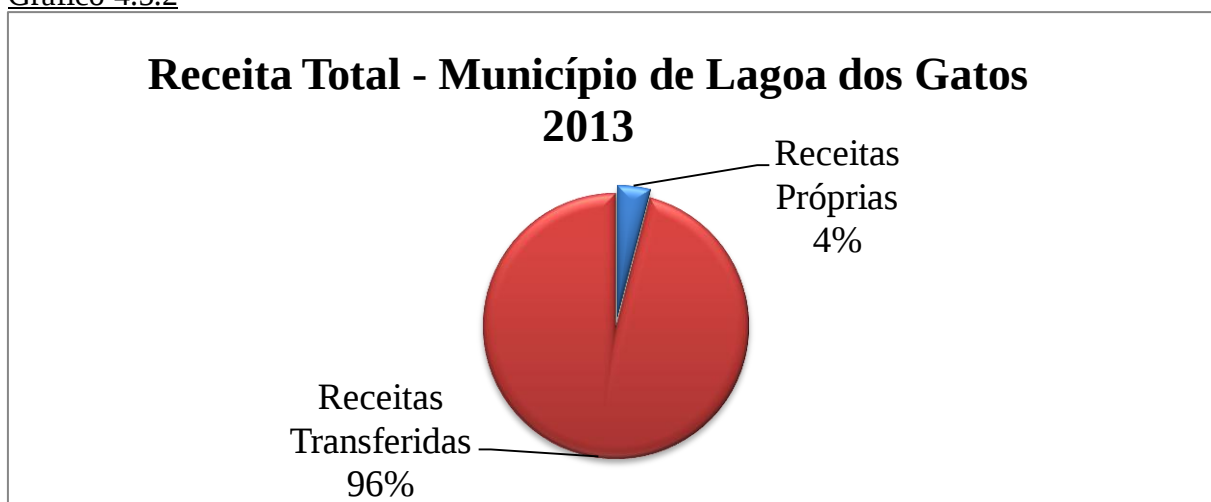
Gráfico 4.5.1



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2014

O total da receita corrente em 2012 para o município de Lagoa dos Gatos foi de R\$ 24.998.000 sendo, portanto 42,99% desse total destinado a educação e 20,31% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 23.882.000 gerando déficit em 2012.

Gráfico 4.5.2



Fonte: autor, baseado em dados de CONDEPE/FIDEM, 2015

O total da receita corrente em 2013 para o município de Lagoa dos Gatos foi de R\$ 27.619.000 sendo portanto 41,84% desse total destinado a educação e 17,91% destinado a área da saúde. As Despesas totais ficaram em torno de R\$ 29.620.000 gerando déficit em 2013.

Com exceção do município de Caruaru, os municípios analisados possuem população abaixo de 50.000 habitantes. Ao observarmos o gráfico 2.2.1.2. da página 28, que refere-se ao valor relativo das receitas próprias e de transferências, os municípios abaixo de 50.000 habitantes, geram uma receita própria até no máximo de 15% como se pôde perceber esta informação de 2005 também se aplica até 2013.

CONCLUSÃO

Nessa pesquisa procurou-se fazer um levantamento dos municípios de Caruaru, Agrestina, Cupira, Panelas e Lagoa dos Gatos acerca das receitas próprias e receitas transferidas, mediante análise das características dos municípios, que se localizam no agreste pernambucano, no período pós-Constituição de 1988.

Observou-se, porém, que a gestão dos municípios brasileiros, no que tange ao federalismo, passou por diversas situações, houve períodos na história em que o poder ora era centralizado e outros ora descentralizado. A Constituição de 1988 veio após um período de governo extremamente centralizador que foi o Golpe Militar de 1964.

Mas essa descentralização ficou sendo entendida como um processo de redistribuição dos recursos e das atribuições das responsabilidades das competências do ente Federal para outras esferas, principalmente aos municípios, gerando dois vieses de opiniões, nesse sentido de redefinição e reestruturação das intervenções estatais.

Ora leva-se a crer que a descentralização servia como instrumento convidativo e benéfico, condicionando a uma melhor redistribuição dos recursos públicos, a nível local e se aproximando das reais necessidades *in loco*, ora leva a condicionar a municipalização como sendo um sinônimo de ineficiência e clientelismo, atribuindo esta ineficiência a irresponsabilidade fiscal das instâncias locais (municipais), comprometendo a estratégia nacional de desenvolvimento.

Ao que refere-se a criação de novos municípios não faz aumentar por si só os gastos públicos, na realidade o que há é uma redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios para todos os entes federados dentro do próprio Estado. Ou seja, a emancipação traz redução de recursos para os demais municípios.

Os municípios, no entanto, buscam assegurar as receitas sejam elas de origem própria ou transferidas. Em contrapartida o jogo do federalismo fiscal visando implantação de investimentos econômicos locais, muitas vezes abrem mão de arrecadação de tributos. Por um lado favorecem o crescimento econômico da localidade e por outro, deixam de recolher de impostos.

No entanto, pode-se entender que o fortalecimento financeiro que os municípios apresentaram ao longo dos anos, desde 1988, ocorreu mais pelo aumento da participação nas transferências, do que pelo aumento da capacidade própria em tributar. Verificando, portanto, que a emancipação não trouxe necessariamente desenvolvimento.

Quanto às receitas, os municípios apresentaram uma forte dependência das transferências oriundas de outras esferas governamentais devido a baixa capacidade de arrecadação de tributos próprios, principalmente os municípios com população abaixo de 50.000 habitantes. Estes municípios requerem um maior esforço para arrecadar seus tributos. Como por exemplo, a arrecadação do IPTU, que deveria ser mais eficaz, para isso teria que haver uma força tarefa a fim de obter melhorias nas condições de trabalho contando com apoio técnico e eficiência no cadastro de imóveis e avaliação dos valores venais dos mesmos.

Já a União e o Estado devido ao elevado grau de eficiência da administração tributária nos últimos tempos, condicionada a medidas legais, efetivaram maior índice no recolhimento de tributos, como por exemplo, a obrigatoriedade de valores retidos na fonte em pagamentos efetuados principalmente a empresas prestadoras de serviços, aliada a efetiva cobrança de débitos em atraso, sobre a penalidade de documentos retidos como Certidões que são necessárias para movimentações das empresas, entre outras medidas eficazes.

Vale ressaltar também que os impostos cujo recolhimento ficaram a cargo dos municípios são poucos e com pouca incidência de retorno tributário, sendo os principais o IPTU, o ISS e o ITBI. A União além de obter o maior número de recolhimento de impostos, possui uma força maior para garantir a arrecadação dos mesmos.

Faz-se necessário nesses municípios que haja uma eficiência maior de recolhimento de seus impostos, pra isso tem que haver intervenções, vontades política-administrativa e até mesmo profissionalismo, fazendo repensar a função do governo municipal, frente a esse problema de baixa arrecadação. Tem que haver esforço conjunto para combater a precariedade de recolhimento tributário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMUPE. **Anuário 2011 dos municípios pernambucanos**. Disponível em: <http://siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/caop_cons_mapa3>. Acesso em: 16 mai. 2015

BECKER, Dinizar F. et. al. Org. Desenvolvimento local-regional v. 2. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **O Município: sua evolução histórica e suas atuais competências**. Revista dos Tribunais: Cadernos de direito constitucional e ciência política, São Paulo: Revista dos Tribunais, n.º 1, p. 54-76, out./dez., 1992.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1988-1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_30.04.1996/art_18_.shtm>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <www.bd.camara.com.br>. Acessado em 21 de jan.2015

CONDEPE/FIDEM. Instituto de Planejamento de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

_____. Instituto de Planejamento de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

_____. Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Regionalização do Estado de Pernambuco**. Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=19984&folderId=143436&name=DLFE-12639.pdf. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Região de Desenvolvimento Agreste Central**. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acesso em: 18 jun. 2014.

DANTAS, Rafael. Pólo de confecções do agreste registra crescimento. **Jornal do Commercio**, Recife, 16 de março de 2009. Disponível em: < http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/03/16/not_322869.php >. Acessado em: 25 abr.2014.

DE MARCO, Cristhian Magnus. **Evolução Constitucional do município brasileiro**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/6798/evolucao-constitucional-do-municipio-brasileiro/3#ixzz3A1qVf gzy>> Acesso em 28 de set.2014

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 15, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm >. Acesso em: 13 abr. 2014.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Elsevier, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260410>>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260030&idtema=55&search=pernambuco|agrestina|financas-publicas-2005>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

LONGO, Carlos A. e LIMA, José C. S. "O IPTU como fonte de recursos a nível municipal: aspectos de eficiência e equidade", In Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 36(1):85 - 102, jan/mar. 1982.

MAFRA, Johnny José. **Ler e tomar notas: primeiros passos da pesquisa bibliográfica: orientações para produção de textos acadêmicos**. 3 ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

MARTINS, André Luiz de Miranda. **Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990**. Campinas, 2004

MATTOS, João Metello de. **Desenvolvimento regional: uma resposta às crises**. Bauru: Eduse, 2001.

MEU MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/municipio/260410#indicadores-gerenciais>>. Acesso em: 12 jan. 2015

MUSGRAVE, R.A. **Teoria das Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 1976.

PANELAS PERNAMBUCO. **Guerra dos Cabanos**. Arquivos municipais. Disponível em: <<http://www.panelaspernambuco.com/2010/03/guerra-dos-cabanos.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015

PINTOS-PAYERAS, José Adrian. **Análise da progressividade da carga tributária sobre a população brasileira**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Brasília, DF: IPEA, 2000.

PORSSE, Alexandre Aves; GUIMARÃES NETO, Leonardo; CAMPOS, Melody de. **Descentralização e finanças públicas municipais no Brasil: uma análise regional da gestão de recursos**. Políticas públicas, trabalhos e empresa: recortes analíticos. Ivan Targino (Org.) João Pessoa: Editora Universitária, 2000. P. 15-37

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2013&SelecaoUF=1&SiglaUF=PE&NomeUF=PERNAMBUCO&CodMun=2399&NomeMun=CUPIRA&ValorMun=29.126.194,41&Pagina=2>> Acessado em 03 set. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU. Disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br>.> Acesso em: 29 mai. 2014

REZENDE, Fernando A. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1987.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SANTANA, Irailson Calado. **Receita federal: carga tributária no Brasil 2005**. (2006)
Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 06 jun.2015

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>>. Acesso em: 23 mai. 2014

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE CARUARU. **Proposta para criação de Região Metropolitana no Agreste Central de Pernambuco**. Caruaru, Estado de Pernambuco, 2008.

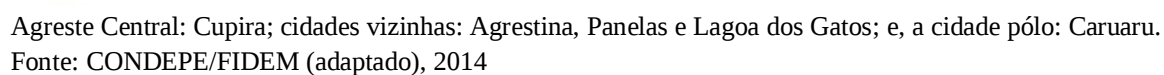
SENADO FEDERAL. **Biblioteca digital do Senado Federal**. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br>> . Acesso em 06 mai. 2014

SERRA, J. **Orçamento no Brasil: as raízes da crise**. São Paulo: Atual Editora, 1994.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires; CHIANCA, Rosaly Braga. **Projeto identidade: história e geografia de Pernambuco**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013. Volume único.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Feira_da_Sulanca>. Acesso em: 23 jul.2014

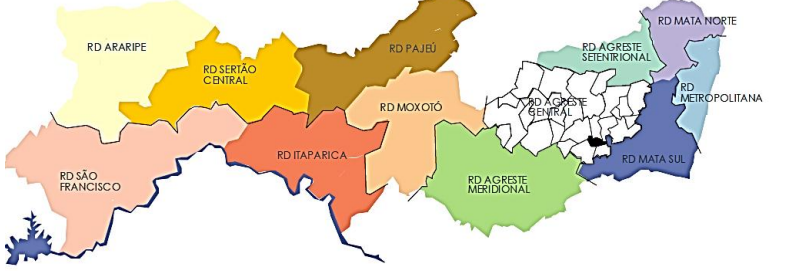
MAPA DAS MICRORREGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO



Agreste Central: Cupira; cidades vizinhas: Agrestina, Panelas e Lagoa dos Gatos; e, a cidade pólo: Caruaru.
Fonte: CONDEPE/FIDEM (adaptado), 2014

ANEXO 2

Municípios objeto do estudo em ordem de emancipação política. Apresentando a localização de cada um que está marcado no mapa na cor preta.

MUNICÍPIOS/ BANDEIRAS/ EMANCIPAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS: Estão marcados no mapa na cor preta.
CARUARU  18 de maio de 1857 Desmembrado de Bonito	
PANELAS  18 de maio de 1870 Desmembrado de Quipapá	
AGRESTINA  11 de setembro de 1884 Desmembrado de Altinho	
LAGOA DOS GATOS  11 de setembro 1928 Desmembrado de: Bonito/Caruaru/Panelas	
CUPIRA  24 de dezembro de 1953 Desmembrado de Panelas	

Fonte: Própria, baseado em informações do PNUD, do IBGE e CONDEPE/FIDEM 2014

ANEXO 3

CARUARU - FINANÇAS PÚBLICAS – ANOS 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	145.523.174,78	185.204.657,83	242.333.790,20	260.853.325,59
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	152.705.674,31	183.541.679,59	254.441.173,00	272.373.555,09
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	16.900.709,46	20.752.367,20	25.865.565,95	30.244.787,19
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	7.403.196,28	6.494.618,18	9.838.452,48	13.161.209,11
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto Sobre Serviços - ISS	6.272.328,37	11.065.601,50	11.473.074,45	12.746.696,95
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	47.443,66	343.436,62	793.586,70	450.486,63
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	1.306.434,98	1.215.186,11	1.037.530,75	986.242,57
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	5.014.469,05	4.845.496,56	7.849.591,97	6.249.083,81
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	1.688.746,37	2.210.587,72	1.575.381,91	1.769.514,34
Receitas orçamentárias realizadas – Transferências Correntes	110.604.546,21	132.829.207,75	188.575.125,30	200.579.563,49
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental da União	56.837.840,27	66.277.239,15	99.069.779,89	100.127.558,58
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental do Estado	33.168.623,51	38.463.649,75	47.817.431,00	54.411.978,73
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	408.098,54	1.108.427,76	2.665.784,47	2.528.664,01
Receitas orçamentárias realizadas – Outras Receitas Correntes	6.736.734,56	9.093.732,39	13.425.425,57	14.864.584,23
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	2.153.509,76	11.946.974,32	475.953,85	10.672,70
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência de Capital	1.000.000,00	10.732.379,32	474.440,00	10.672,70
Despesas orçamentárias empenhadas	142.871.434,89	193.375.634,79	246.892.876,50	266.530.492,07
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	132.404.484,08	175.444.369,42	231.837.080,70	248.829.768,60
Despesas orçamentárias empenhadas – Outras Despesas Correntes	72.199.287,20	98.247.417,90	116.871.877,80	118.910.433,32
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	10.466.950,81	17.931.265,37	15.055.795,81	17.700.633,47
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	9.204.938,91	17.174.209,62	13.439.007,11	13.927.466,56
Despesas orçamentárias empenhadas – Pessoal e Encargos Sociais	60.000.805,17	77.037.803,88	114.781.371,00	129.803.668,57
Despesas orçamentárias empenhadas – Obras e Instalações	6.783.476,56	12.910.075,26	10.542.453,87	6.649.244,35
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	2.651.739,89	-8.170.976,96	-4.559.086,30	-5.677.166,48
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	33.528.311,77	35.591.680,89	55.890.176,30	52.278.308,90
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	14.243,16	13.109,81	16.710,07	26.955,09
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0	0	0	0

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se ao espaço em branco às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: IBGE (adaptado)

ANEXO 4

CUPIRA - FINANÇAS PÚBLICAS – ANOS 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	13.623.130,31	15.726.366,34	0 informado	21.007.290,80
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	14.273.963,05	16.010.137,61	0 informado	22.392.889,62
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	401.125,77	433.651,67	0 informado	772.472,75
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	45.841,00	33.362,38	0 informado	144.628,07
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto Sobre Serviços - ISS	95.292,08	145.685,40	0 informado	177.575,14
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	14.397,62	19.268,56	0 informado	28.022,43
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	116.135,54	114.504,00	0 informado	198.492,61
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	3.528,72	2.982,42	0 informado	99.768,20
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	152.738,86	161.497,80	0 informado	134.843,04
Receitas orçamentárias realizadas – Transferências Correntes	13.255.252,04	14.805.705,34	0 informado	20.854.284,55
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental da União	7.669.365,18	8.291.909,88	0 informado	13.003.203,82
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental do Estado	843.109,48	919.866,45	0 informado	1.328.805,40
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	59.450,52	58.961,36	0 informado	5.550,20
Receitas orçamentárias realizadas – Outras Receitas Correntes	69.388,09	151.053,71	0 informado	43.614,55
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	317.551,57	771.515,41	0 informado	661.372,13
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência de Capital	317.551,57	771.515,41	0 informado	573.532,63
Despesas orçamentárias empenhadas	14.260.342,22	16.649.298,31	0 informado	23.857.791,04
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	13.421.450,97	15.519.444,54	0 informado	22.603.978,56
Despesas orçamentárias empenhadas – Outras Despesas Correntes	5.362.830,71	5.550.934,94	0 informado	7.905.263,34
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	838.891,25	1.129.853,77	0 informado	1.253.812,48
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	420.591,64	904.589,60	0 informado	566.503,58
Despesas orçamentárias empenhadas – Pessoal e Encargos Sociais	8.058.502,66	9.968.509,60	0 informado	14.698.715,22
Despesas orçamentárias empenhadas – Obras e Instalações	182.971,94	639.659,50	0 informado	317.627,38
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	-637.211,91	-922.931,97	0 informado	-2.850.500,24
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	5.796.467,21	6.299.954,70	0 informado	9.317.660,65
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	975,73	1.149,40	0 informado	750,69
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0	0	0 informado	0

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se ao espaço em branco às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: IBGE (adaptado)

ANEXO 5

AGRESTINA - FINANÇAS PÚBLICAS – ANOS 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	12.335.420,79	15.312.172,45	19.823.128,03	22.196.192,95
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	13.262.600,43	15.169.348,32	21.192.922,63	23.228.455,73
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	457.065,43	528.287,61	696.056,87	1.150.831,29
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	107.432,15	93.860,86	61.669,70	81.024,26
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto Sobre Serviços - ISS	125.452,62	150.750,80	234.145,57	568.274,16
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	29.817,93	31.845,92	98.927,55	74.002,46
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	87.338,20	84.034,77	107.184,60	215.758,06
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	57.217,80	137.974,53	189.350,90	53.769,57
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	52.613,55	244.532,69	114.555,13	107.977,00
Receitas orçamentárias realizadas – Transferências Correntes	12.600.156,32	13.887.418,35	19.963.217,68	21.555.255,55
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental da União	8.016.284,19	9.010.385,46	12.622.162,66	13.160.934,10
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental do Estado	666.718,90	778.606,23	1.238.285,05	1.372.737,21
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	20.611,00	145.115,35	105.281,61	215.176,32
Receitas orçamentárias realizadas – Outras Receitas Correntes	56.000,96	263.371,68	125.729,96	279.850,27
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	93.397,65	1.280.742,94	571.505,42	1.014.085,44
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência de Capital	60.000,00	1.280.742,94	571.505,42	1.014.085,44
Despesas orçamentárias empenhadas	13.015.594,67	15.026.718,21	21.462.987,39	22.917.423,79
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	11.524.297,47	13.230.928,87	18.584.576,42	21.334.135,67
Despesas orçamentárias empenhadas – Outras Despesas Correntes	5.187.883,73	5.642.106,08	8.469.039,45	6.958.224,94
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	1.491.297,20	1.795.789,34	2.878.410,97	1.583.288,12
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	986.973,27	1.247.777,58	2.334.712,11	1.177.518,58
Despesas orçamentárias empenhadas – Pessoal e Encargos Sociais	6.336.413,74	7.588.822,79	10.115.536,97	14.375.910,73
Despesas orçamentárias empenhadas – Obras e Instalações	731.366,21	1.130.094,62	1.830.714,02	735.372,41
Despesas orçamentárias realizadas - Superávit ou Déficit	-680.173,88	285.454,24	-1.639.859,36	-721.230,84
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	6.256.336,17	6.932.596,83	9.875.113,13	9.317.630,49
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	3.756,31	4.065,02		5.831,93
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0	0	0	0

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se ao **espaço em branco** ou **0 informado** às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

NOTA 3: Atribui-se **zeros** aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: IBGE (adaptado)

ANEXO 6

PANELAS - FINANÇAS PÚBLICAS – ANOS 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	16.802.296,43	19.322.114,71	27.009.872,53	27.925.329,75
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	17.714.082,11	19.643.431,75	28.214.292,21	29.634.145,74
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	356.821,89	435.483,39	419.586,17	313.346,94
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	21.045,40	21.458,30	23.969,69	35.303,75
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto Sobre Serviços - ISS	122.481,15	168.099,34	200.136,97	120.208,59
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	17.469,78	19.749,97	10.259,61	12.150,20
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	40.579,30	39.371,02	40.149,47	37.229,40
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	0	0	595.579,63	798.760,78
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	196.770,21	146.593,69	121.081,52	114.335,95
Receitas orçamentárias realizadas – Transferências Correntes	16.781.422,04	18.722.222,42	25.871.970,07	27.998.105,97
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental da União	8.584.930,46	9.473.861,80	14.368.701,84	15.696.072,14
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergorvenamental do Estado	786.803,71	833.821,89	1.015.590,59	1.067.731,04
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	47.449,03	19.605,97	22.667,15	35.268,56
Receitas orçamentárias realizadas – Outras Receitas Correntes	86.338,16	44.881,02	850.025,83	361.180,75
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	197.500,00	885.082,69	393.376,65	134,46
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência de Capital	130.500,00	720.057,22	393.376,65	134,46
Despesas orçamentárias empenhadas	17.430.020,26	21.203.325,55	27.054.501,72	29.383.213,20
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	16.353.479,42	19.740.179,46	25.485.147,00	28.181.037,03
Despesas orçamentárias empenhadas – Outras Despesas Correntes	7.338.723,75	9.301.046,83	9.936.738,54	11.854.763,16
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	1.076.540,84	1.463.146,09	1.569.354,72	1.202.176,17
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	615.797,49	951.010,68	848.471,11	654.712,46
Despesas orçamentárias empenhadas – Pessoal e Encargos Sociais	9.014.755,67	10.439.132,63	15.544.417,66	16.326.273,87
Despesas orçamentárias empenhadas – Obras e Instalações	391.578,52	732.950,22	691.079,48	304.540,85
Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit	-627.723,83	-1.881.210,84	-44.629,19	-1.457.883,45
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	6.716.366,22	7.315.955,33	11.461.054,96	11.555.755,64
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	1.477,38	1.369,59	3.589,90	2.134,25
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0	0	0	0

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se ao espaço em branco às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: IBGE (adaptado)

ANEXO 7

LAGOA DOS GATOS - FINANÇAS PÚBLICAS – ANOS 2005, 2006, 2008 E 2009

ANOS	2005	2006	2008	2009
Receitas orçamentárias realizadas	10.408.099,25	11.611.478,33	14.358.523,06	19.071.121,33
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	11.182.747,32	12.480.181,17	15.912.393,47	17.119.528,01
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	199.869,54	305.804,95	421.340,89	476.011,64
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	45.543,39	49.112,95	82.976,00	121.525,92
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto Sobre Serviços - ISS	35.590,69	93.098,18	145.141,31	144.818,81
Receitas orçamentárias realizadas – Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	120	5.718,00	10.229,00	2.020,00
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	17.500,00	18.228,27	18.444,18	20.539,16
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	25.937,47	44.051,02	42.158,67	30.435,98
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	0	26.694,46	33.082,51	33.117,29
Receitas orçamentárias realizadas – Transferências Correntes	10.808.480,29	11.936.247,83	15.242.304,13	16.280.740,03
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergovenamental da União	6.258.808,80	7.209.519,65	9.811.884,09	9.648.709,92
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência Intergovenamental do Estado	542.244,84	590.141,86	747.637,75	776.192,81
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	0	0	0	0
Receitas orçamentárias realizadas – Outras Receitas Correntes	23.067,11	18.084,31	16.799,01	75.495,33
Receitas orçamentárias realizadas - Capital	26.139,76	115,47	0	325.770,00
Receitas orçamentárias realizadas – Transferência de Capital	0	0	0	325.770,00
Despesas orçamentárias empenhadas	11.274.755,92	11.783.330,52	14.254.395,29	17.824.483,96
Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes	9.891.787,87	10.848.558,83	12.827.222,40	16.004.970,29
Despesas orçamentárias empenhadas – Outras Despesas Correntes	3.618.297,02	3.680.197,19	4.985.567,88	6.992.844,46
Despesas orçamentárias empenhadas - Capital	1.382.968,05	934.771,69	1.427.172,89	1.819.513,67
Despesas orçamentárias empenhadas - Investimentos	948.945,44	628.796,93	1.060.782,62	1.452.443,88
Despesas orçamentárias empenhadas – Pessoal e Encargos Sociais	6.273.490,85	7.168.361,64	7.841.654,52	9.012.125,83
Despesas orçamentárias empenhadas – Obras e Instalações	719.491,37	447.339,11	935.693,97	1.200.139,50
Despesas orçamentárias realizadas - Superávit ou Déficit	-866.656,67	-171.852,19	104.127,77	1.246.637,37
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	4.876.568,13	5.283.954,02	8.186.467,85	7.764.692,10
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	3.474,90	1.937,16	3.068,25	2.223,35
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0	0	0	0

NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios.

NOTA 2: Atribui-se ao espaço em branco às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: IBGE (adaptado)

ANEXO 8

CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE 2001 A 2005

ANO	2001	2002	2003	2004	2005
UNIÃO	69,00	69,98	69,44	69,67	70,04
ORÇAMENTO FISCAL	25,26	25,74	24,47	23,25	24,10
▪ IMPOSTO DE RENDA	17,20	18,92	18,41	17,30	18,27
✓ Pessoas Físicas	0,62	0,86	0,88	0,91	0,95
✓ Pessoas Jurídicas	3,99	6,68	6,00	5,84	6,83
✓ Retido na Fonte	12,29	11,38	11,53	10,54	10,49
▪ IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4,74	4,10	3,6	3,56	3,60
▪ IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0,87	0,83	0,81	0,82	0,84
▪ IMPOSTO SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR	2,23	1,66	1,50	1,45	1,25
▪ IMPOSTOS TERRITORIAL RURAL	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04
▪ IMPOSTO PROV. MOVIMENT. FINANCEIRA (IPMF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
▪ TAXAS FEDERAIS	0,08	0,07	0,06	0,06	0,04
▪ DEMAIS	0,08	0,11	0,02	0,03	0,06
ORÇAMENTO SEGURIDADE	36,74	36,26	37,11	38,89	38,81
▪ CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	14,98	14,82	14,86	14,79	14,97
▪ COFINS	11,16	10,62	10,71	12,24	11,9
▪ CONT. PROVISÓRIA MOV. FINANCEIRA (CPMF)	4,21	4,23	4,23	4,16	4,03
▪ CONTRIBUIÇÃO SOBRE LUCRO LÍQUIDO	2,21	2,61	2,98	3,09	3,34
▪ PIS/PASEP	2,45	2,34	2,70	2,70	2,56
▪ CONTRIBUIÇÃO SEG. SERVIÇO PÚBLICO	0,94	0,92	0,82	1,13	1,14
▪ OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,50	0,45	0,43	0,41	0,38
DEMAIS	7,00	7,98	7,86	7,54	7,13
▪ FGTS	5,17	4,68	4,59	4,46	4,45
▪ CIDE COMBUSTÍVEIS	0,00	1,58	1,55	1,23	1,06
▪ OUTRAS CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICAS	0,27	0,26	0,27	0,30	0,19
▪ SALARIO EDUCAÇÃO	0,77	0,766	0,74	0,76	0,82
▪ SISTEMA “S”	0,79	0,70	0,72	0,78	0,61
ESTADOS	26,51	25,80	26,19	26,08	25,75
▪ ICMS	23,12	21,98	22,13	21,82	21,38
▪ IPVA	1,54	1,46	1,42	1,41	1,45
▪ ITCD	0,08	0,11	0,16	0,11	0,11
▪ TAXAS	0,41	0,41	0,42	0,45	0,48
▪ PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1,26	1,666	1,84	1,84	1,85
▪ OUTROS: (AIR, ICM, ETC.)	0,09	0,17	0,21	0,45	0,49
MUNICÍPIOS	4,49	4,22	4,38	4,24	4,20
▪ ISS	1,68	1,65	1,68	1,71	1,78
▪ IPTU	1,28	1,36	1,42	1,36	1,32
▪ ITBI	0,26	0,30	0,28	0,25	0,24
▪ TAXAS	0,89	0,50	0,49	0,41	0,36
▪ PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,28	0,41	0,49	0,49	0,49
▪ OUTROS TRIBUTOS	0,10	0,02	0,02	0,02	0,02
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)

ANEXO 9

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA de 2001 a 2005

VALORES EM MILHÕES CORRENTE
FORAM CONSIDERADAS APENAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

ANO	2001		2002		2003		2004		2005	
UNIÃO	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Arrec. Própria Total	281.300	69,00	335.441	69,98	377.285	69,44	441.594	69,67	507.172	70,04
Transf. p/ Estados	(30.843)	7,57	(35.956)	7,50	(38.318)	7,05	(41.789)	6,59	(49.731)	6,87
Transf. p/ Municípios	(20.740)	5,09	(25.564)	5,33	(27.005)	4,97	(31.083)	4,90	(38.238)	5,28
= Receita Disponível	229.717	56,37	273.921	57,14	311.962	57,42	368.721	58,18	419.202	57,89
ESTADOS	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Arrec. Própria Total	108.066	26,51	123.683	25,80	142.284	26,19	165.324	26,08	186.493	25,75
Transf. p/ Municípios	(28.394)	6,96	(32.270)	6,73	(37.107)	6,83	(43.994)	6,94	(49.740)	6,87
Transferência da União	30.843	7,57	35.956	7,50	38.318	7,05	41.789	6,59	49.731	6,87
= Receita Disponível	110.516	27,11	127.369	26,57	143.495	26,41	163.120	25,74	186.484	25,75
MUNICÍPIOS	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Arrec. Própria Total	18.302	4,49	20.244	4,22	23.774	4,38	26.892	4,24	30.448	4,20
Transferência da União	20.740	5,09	25.564	5,33	27.005	4,97	31.083	4,90	38.23	5,28
Transf.a dos Estados	28.394	6,96	32.270	6,73	37.107	6,83	43.994	6,94	49.740	6,87
= Receita Disponível	67.436	16,54	78.077	16,29	87.886	16,18	101.969	16,09	118.426	16,35
TOTAL	407.668	100,00	479.368	100,00	543.344	100,00	633.810	100,00	724.113	100,00

Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)

ANEXO 10

COMPOSIÇÃO FINAL DA CARGA TRIBUTÁRIA DOS ANOS DE 2001 A 2005

VALORES EM MILHÕES CORRENTE

ANO	2001		2002		2003		2004		2005	
UNIÃO	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RECEITA DISPONÍVEL	229.717	100,00	273.921	100,00	311.962	100,00	368.721	100,00	419.202	100,00
Arrecadação Própria	229.717	100,00	273.921	100,00	311.962	100,00	368.721	100,00	419.202	100,00
Transf. de Estados	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transf. de Municípios	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ESTADOS	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RECEITA DISPONÍVEL	110.516	100,00	127.369	100,00	143.495	100,00	163.120	100,00	186.484	100,00
Arrecadação Própria	79.673	72,09	91.414	71,77	105.178	73,30	121.331	74,38	136.753	73,33
Transf. da União	30.843	27,91	35.956	28,23	38.318	26,70	41.789	25,62	49.731	26,67
Transf. de Municípios	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MUNICÍPIOS	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RECEITA DISPONÍVEL	67.436	100,00	78.077	100,00	87.886	100,00	101.969	100,00	118.426	100,00
Arrecadação Própria	18.302	27,14	20.244	25,93	23.774	27,05	26.892	26,377	30.448	25,71
Transf. da união	20.740	30,75	25.564	32,74	27.005	30,73	31.083	30,48	38.23	32,29
Transf de Estados	28.394	42,10	32.270	41,33	37.107	42,22	43.994	43,14	49.740	42,00
TOTAL	407.668	-	479.368	-	543.344	-	633.810	-	724.113	-

Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)

ANEXO 11

DETALHAMENTO POR TRIBUTO 2005

PO-SI-ÇÃO	TRIBUTO	ARRECADAÇÃO BRUTA			
		ARRECADAÇÃO R\$ (MILHÕES)	% ARRECADAÇÃO	% DA ARRECADAÇÃO ACUMULADA	% DO PIB
1.	ICMS	154.810	21,83	21	8,0
2.	IMPOSTO DE RENDA	132.287	18,27	40	6,8
3.	CONTR. PREVIDÊNCIA SOCIAL	108.434	14,97	55	5,6
4.	COFINS	86.794	11,99	67	4,5
5.	FGTS	32.248	4,45	71	1,7
6.	CPMF	29.150	4,03	75	1,5
7.	IPI	26.096	3,60	79	1,3
8.	CSLL	24.189	3,34	82	1,2
9.	PIS	18.570	2,56	85	1,0
10.	PREVIDÊNCIA ESTADUAL	13.402	1,85	86	0,7
11.	ISS	12.879	1,78	88	0,7
12.	IPVA	10.497	1,45	90	0,5
13.	IPTU	9.580	1,32	91	0,5
14.	IMP. COMÉRCIO EXTERIOR	9.062	1,25	92	0,5
15.	CONT. SEG. SERV. PÚBLICO	8.231	1,14	93	0,4
16.	CIDE COMBUSTÍVEIS	7.681	1,06	94	0,4
17.	IOF	6.058	0,84	95	0,3
18.	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.906	0,82	96	0,3
19.	SISTEMA S	4.379	0,61	97	0,2
20.	PREVID. MUNICIPAL	3.576	0,49	97	0,2
21.	OUTROS TRIB. ESTADUAIS	3.531	0,49	98	0,2
22.	TAXAS ESTADUAIS	3.458	0,48	98	0,2
23.	PASEP	2.880	0,40	99	0,1
24.	OUTRAS CONT. SOCIAIS	2.787	0,38	99	0,1
25.	TAXAS MUNICIPAIS	2.571	0,36	99	0,1
26.	ITBI	1.715	0,24	100	0,1
27.	ITCD	795	0,11	100	0,0
28.	CIDE REMESSAS	632	0,09	100	0,0
29.	AD. FRETE REN. MAR. MERC.	429	0,06	100	0,0
30.	DEMAIS RECEITAS	426	0,06	100	0,0
31.	TAXAS FEDERAIS	323	0,04	100	0,0
32.	FUNDAF	278	0,04	100	0,0
33.	ITR	276	0,04	100	0,0
34.	OUTROS TRIB. MUNICIPAIS	127	0,02	100	0,0
35.	DEMAIS CONT. ECONÔMICAS	36	0,00	100	0,0
TOTAL		724.113	100,00	-	37,37

Fonte: SANTANA, 2006 (adaptado)